



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA,
REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2018

-----Aos dezasseis dias do mês de novembro de 2018, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da taxa a aplicar em 2018, a cobrar em 2019;**-----

-----**2. Imposto Municipal sobre Rendimento das Pessoas Singulares'2019 (IRS) – Fixação da taxa;**-----

-----**3. Lançamento de derrama sobre a coleta do IRC'2018, a cobrar em 2019;**-----

-----**4.Taxa Municipal de Direitos de Passagem'2019 – Fixação.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

-----Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça; João Carlos do Carmo Valente; Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues; Rui João Graça Rodrigues; Fernando José Mestre Patrício; João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso; José da Costa Ferreira Braga; Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias; João Filipe Paulo Pólvora; Andredina Gomes Cardoso; Paulo do Carmo de Sá Caetano; Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa.---

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra.-----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o Substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz, e a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 23 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS),

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, dos Vereadores, José Henrique Peralta Polido, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva e Francisco José Pereira Luís.-----

-----Não esteve presente o Vereador Sérgio Manuel Nobre Marcelino, que justificou a sua ausência.-

-----Informou em seguida que a Deputada Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, do Grupo Municipal da CDU, solicitara a sua substituição uma vez que integrava uma delegação da CMS que se deslocara ao norte do País para participar na entrega do prémio de Balcão Único. O Município de Sesimbra juntamente com os Municípios de Lisboa, Cascais e Mafra haviam sido selecionados. A Deputada era substituída pelo Deputado Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro. Também a Deputada Luísa Margarida Cagica Carvalho, do Grupo Municipal do PS, solicitara a sua substituição por razões profissionais e se encontrar ausente do País, sendo substituída pelo Deputado Municipal Faustino Marques, o Deputado Pedro Miguel dos Santos Mesquita, do mesmo Grupo Municipal, também por razões de ordem profissional, comunicara a sua indisponibilidade sendo substituído pelo Deputado Afonso Manuel Cardoso Pessoa. A Deputada Bertina Pereira João Duarte, do Grupo Municipal do PS solicitara a sua substituição por razões de ordem pessoal tendo sido convocado o cidadão José Carlos de Almeida Fernandes Dias, que se encontrava presente e a quem foi verificada a identidade e legitimidade de eleito. A partir deste momento passaram-se a registar 24 presenças.-----

-----Considerado empossado para o cargo de Deputado Municipal, a Presidente da AMS apresentou cumprimentos em nome da Mesa desejando um bom trabalho e que a sua colaboração e prestação fosse sobretudo no sentido de melhoria dos trabalhos.-----

-----Também o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde comunicara a sua substituição pelo Tesoureiro, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz.-----

-----Continuando os trabalhos a **Presidente da AMS** cumprimentou todos os presentes e fazendo uma saudação especial ao público e à comunicação social presentes, declarou aberto o Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD).-----

-----Perguntou depois se algum eleito pretendia colocar questões relativas à listagem do expediente recebido pela AMS desde a realização da sessão de 13 de setembro a qual tinha sido colocada na PAMS, mas nenhum deputado diligenciou intervir nesse sentido.-----

-----Informou em seguida que estavam presentes atas de reuniões anteriores, as quais após redigidas pela Unidade de Apoio e verificada por ela própria, eram remetidas aos Líderes dos Grupos Municipais para uma leitura cuidada, e posteriormente colocadas na PAMS na pasta correspondente à presente

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

sessão uma vez que se encontravam em condições de serem votadas hoje. Lembrou no entanto que as atas das reuniões eram aprovadas em minuta no final de cada reunião ou sessão. -----

-----Submeteu depois à votação a ata da sessão ordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2017 tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----Colocou em seguida à votação a ata da primeira reunião da sessão ordinária de abril de 2018 realizada no dia 20 tendo merecido aprovação unânime. -----

-----Por último submeteu à votação a ata da segunda reunião da sessão ordinária de abril realizada no dia 26 tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----Deu depois conhecimento que estava previsto a realização da reunião conjunta das Comissões no próximo dia 27 de novembro para apreciação da Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Sesimbra, sendo que a sessão seria realizada no dia 30 de novembro. -----

-----Informou também que já estava agendada a sessão ordinária para dia 14 de Dezembro para as Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal estando previsto que se realizaria na Freguesia da Quinta do Conde.- -----

-----Por último, comunicou que há cerca de 15 dias, no âmbito de uma relação de proximidade que o Senhor Bispo de Setúbal pretendia ter junto das estruturas da juventude ao nível dos diferentes concelhos do distrito de Setúbal, fora contactada através do Pároco Local de Santiago no sentido de se realizar um encontro com o Senhor Bispo. A Mesa estivera presente na reunião com o projeto da assembleia municipal de jovens uma vez que se tratava de um projeto que tinha ambiência, durabilidade, temas importantes e atuais com avaliações positivas. O Senhor Bispo saudara a AMS, as escolas, professores e alunos sobre a realização do projeto e sublinhara o papel importante do projeto no que respeitava à aprendizagem de cidadania, conhecimento da comunidade, que muito valorizava. -----

-----Informou depois os munícipes presentes, que a sessão se dividia em 3 períodos distintos, o Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), onde para além das informações iniciais eram apreciados e votados os documentos entregues pelos grupos municipais ou pelas comissões; O Período de Intervenção aberto aos Cidadãos (PIAC) dedicado aos munícipes que pretendessem colocar alguma questão ou exposição, existindo um formulário próprio para preenchimento para quem pretendesse intervir, e o Período de Ordem do Dia (POD) onde eram apreciados e votados os documentos constantes da Ordem de Trabalhos. -----

-----Disse depois que tinham sido rececionados 10 documentos para o PAOD: -----

-----Saudação - Subida à Divisão de Elite de Futebol de Praia do Grupo Desportivo de Sesimbra e do

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Grupo Desportivo de Alfarim (Comissão de Líderes dos Grupos Municipais);-----
-----Saudação - 100 anos do Armistício (GM PSD); -----
-----Saudação - Mais e melhor transporte público na Área Metropolitana de Lisboa (GM PS);-----
-----Saudação - Dia Nacional do Mar (GM PS);-----
-----Moção - Centro de Saúde da Quinta do Conde (GM CDU); -----
-----Moção - Dragagens do Sado / Por uma estratégia de equilíbrio e desenvolvimento sustentável (GM CDU);-----
-----Moção - Dragagens do Sado (GM BE);-----
-----Recomendação - Posicionamento de Contentores (GM PSD); -----
-----Recomendação - Estudo sobre necessidades de mobilidade em Sesimbra (GM PS);-----
-----Recomendação - Melhoria da Iluminação Pública na Avenida da Liberdade - Sesimbra (GM PS).--
-----Abriu em seguida o debate relativo à Saudação subscrita pela Comissão de Líderes dos grupos Municipais, com o título “Subida à Divisão de Elite de Futebol de Praia do Grupo Desportivo de Sesimbra e do Grupo Desportivo de Alfarim” que se passa a transcrever:-----
-----“O passado dia 26 de Agosto ficará para sempre marcado na história do futebol de praia nacional e muito particularmente na história do desporto do nosso concelho. -----
-----Nas areias da Nazaré, o Grupo Desportivo de Alfarim e o Grupo Desportivo de Sesimbra disputaram a fase final do nacional que dava acesso à subida à divisão de Elite, os nossos dois clubes venceram os seus jogos garantindo dessa forma a presença na final, facto que desde logo permitia festejar pois a subida à Elite estava assegurada a ambos os finalistas. -----
-----Apenas um podia vencer e foi o Alfarim a arrebatar o título de campeão ficando o Sesimbra como vice-campeão, numa final que foi o culminar de uma trajetória impar dos dois clubes onde o desportivismo e o Fair-play apresentados dentro de campo pelos jogadores, bem como a postura de técnicos e dirigentes durante toda a caminhada em muito honrou a imagem das nossas gentes.-----
-----O concelho ganhou, foi o que todos disseram e esse é um facto inquestionável, facto esse que vem demonstrar mais uma vez todo o trabalho efetuado nos clubes com especial foco nos escalões de formação de onde são oriundos grande parte dos atletas dos dois plantéis e ao qual se soma um conjunto de investimentos da autarquia para que a prática deste desporto seja uma realidade durante todo o ano e que resulta agora na chegada da Elite do Futebol de Praia ao complexo da Praia do Ouro.-----
-----Assim a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 16 de Novembro de 2018, saúda toda a estrutura do Grupo Desportivo de Alfarim e do Grupo Desportivo de Sesimbra bem como todos os seus

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

associados pelos títulos e por esta assinalável subida de divisão.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, colocada à votação a Saudação foi aprovada por unanimidade.-----

-----Declarou depois aberta a apreciação da Saudação subscrita pelo GM do PSD subordinada ao título “100 anos do Armistício” que a seguir se transcreve:-----

-----“Fez precisamente 100 anos desde que, às 11h daquele dia 11 de novembro de 1918, os Aliados e a Alemanha se sentaram à mesma mesa e assinaram o armistício que pôs fim aos quatro anos do conflito que ficou para a história como a 1ª Guerra Mundial.-----

-----Um conflito onde combateram dezenas de milhares de portugueses divididos por várias frentes de batalha. Onde Portugal viu os seus homens partirem rumo a norte e além-mar. -----

-----Entre esses homens iam os nossos Sesimbrenses que a guerra forçou a saírem do nosso concelho, os que aqui não nasceram, mas já cá viviam quando embarcaram, e aquele que escolheram a nossa terra para viver quando o conflito terminou e voltaram finalmente a casa. -----

-----Por isso, a Bancada do PPD/PSD, decidiu recordar o centenário do fim da guerra e prestar a homenagem devida aos homens que se bateram nos campos de batalha de África e da Flandres, na defesa do seu país, levantando-se sobre todos o reconhecimento nesta data histórica.-----

-----E decidimos homenagear os nossos homens, porque sentimos que lhe devemos o reconhecimento pelo seu esforço. Mas decidimos assinalar a data porque temos o dever, enquanto órgão democraticamente eleito, de celebrar a paz e de fazer tudo o que está ao nosso alcance para que a guerra não passe de uma memória do passado do nosso país e do nosso concelho.-----

-----E ao celebrar a paz e homenagear os nossos estamos também a contribuir para avivar memórias. Memórias individuais e coletivas sobre o que nenhum de nós viveu, mas que todos sentimos porque nos contaram. -----

-----Porque negar a história é negar os erros. E nós, temos o dever e mesmo a obrigação de não deixar esquecer os erros do passado, para que no futuro os mesmos não se voltem a repetir. -----

-----Escolher esquecer o que se passou em tempos longínquos é não querer saber do que eventualmente poderá passar-se no futuro. E nós queremos saber. Escolhemos a paz sobre a guerra e escolhemos homenagear os que foram forçados a combater para que a paz imperasse. -----

-----Neste sentido, homenageamos os milhares que partiram de todo o país rumo à frente de batalha. -----

-----O Concelho de Sesimbra contribuiu com uma gota no oceano de militares portugueses enviados para o combate. Mas essa gota para nós é o suficiente para que queiramos eternizar os homens que a

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

compuseram, bem como as suas famílias que ainda cá estão. -----

-----Não queremos, de todo, entrar em debates ideológicos que por vezes tomam de assalto estes assuntos da guerra e da paz. Não queremos levantar uma barreira entre uns e outros. -----

-----O que nós queremos, com esta singela homenagem, é destruir essas mesmas barreiras e unirmo-nos em torno de causas que são de todos: a paz e a liberdade. Paz e liberdade que estes homens, e outros que porventura não conseguimos apurar, contribuíram para que hoje fosse uma realidade. -----

-----Porque não podemos ser verdadeiramente livres se não nos sentirmos seguros. Porque não podemos ser verdadeiramente livres se vivermos sob ameaças constantes. Porque não podemos ser verdadeiramente livres se não tivermos confiança naqueles que, em caso de necessidade, nos defenderão até com o sacrifício da própria vida.-----

-----E se hoje somos livres em muito o devemos às nossas Forças Armadas que estiveram sempre do lado da defesa dos cidadãos deste nosso país. -----

-----Hoje, cem anos depois, lembramo-nos dos nossos para que nunca nos esqueçamos deles e de tudo o que passaram para que Portugal fosse hoje aquilo que é. -----

-----Assim a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 16 de Novembro de 2018, saúda o fim da guerra e a memória dos nossos homens que nela combateram.” -----

*-----Não havendo qualquer intervenção a **Presidente da AMS** lembrou que todos os documentos que eram votados na AMS deixavam de ter as referências partidárias, ou do movimento, e passavam a ser documentos da AMS. **Submetida a votação a Saudação foi aprovada por unanimidade.** -----*

-----Declarou em seguida aberto o debate da Saudação subscrita pelo Grupo Municipal do PS subordinada ao título “Mais e melhor transporte público na Área Metropolitana de Lisboa” que a seguir se transcreve: -----

-----“A mobilidade urbana é um dos principais desafios para as sociedades contemporâneas. Nos últimos anos, o modelo de desenvolvimento urbano associado a um subinvestimento em transporte público conduziu a uma situação de forte dependência do transporte individual.-----

-----As implicações são evidentes e são bem negativas na qualidade de vida dos cidadãos, a nível ambiental, na diminuição da competitividade do território, na balança externa do país, bem como, na promoção de injustiça social, na medida em que são as classes mais baixas que mais sofrem com os preços elevados dos transportes públicos. -----

-----Assim, torna-se imperativo desenvolver uma política de transportes que privilegie o transporte público coletivo, os modos partilhados, a maior eficiência energética e a adoção de energias limpas, com

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

vista, tanto à redução do uso do veículo próprio, como à promoção da descarbonização. -----

-----No pretérito dia 17 de outubro, a Área Metropolitana de Lisboa e os 18 municípios que a integram assumiram um conjunto de compromissos que são um marco para a melhoria dos transportes e da mobilidade dos cidadãos na região. Com o objetivo de disponibilizar uma plataforma de bilhética comum a todos os operadores de transportes e a criação de um sistema de bilhética único municípios, a comissão executiva da Área Metropolitana de Lisboa foi mandatada para a criação de uma empresa local (metropolitana); foi ainda aprovada a utilização de uma marca única e exclusiva para todos os serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal e intermunicipal da AML.-----

-----Ainda no mesmo dia, por parte dos municípios, tendo em consideração a necessidade de cofinanciamento do sistema de transporte, foi assumida a comparticipação de cerca de 31.225.000 de euros.-- -----

-----Todas estas medidas permitirão, com um sistema de bilhética único, circular dentro dos municípios a um valor máximo de 30 euros e dentro da Área Metropolitana de Lisboa a um custo de 40 euros, com um limite de 80 euros por família. Esta medida será comparticipada e inscrita no Orçamento do Estado para o ano de 2019. -----

-----Pelo exposto, os eleitos do Partido Socialista propõem que Assembleia Municipal de Sesimbra, delibere: -----

-----1- Congratular o XXI Governo da República pela inscrição na proposta do Orçamento de Estado para 2019 da medida que visa financiar o passe único a custos reduzidos; -----

-----2- Congratular o Conselho Metropolitano de Lisboa pela criação da empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa; -----

-----3- Congratular o município de Sesimbra pela comparticipação financeira com o objetivo de reforçar a rede de transportes. -----

-----Após aprovada a presente saudação, deverá ser dado conhecimento da mesma ao Conselho Metropolitano de Lisboa, à Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias da Freguesia do Concelho de Sesimbra, órgãos de comunicação social local e regional.”-----

*-----Tomando o uso da palavra, o **Deputado João Valente** iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e disse que a Saudação parecia extemporânea ao Grupo Municipal da CDU uma vez que a matéria ainda não tinha sido alvo de deliberação da AMS, pelo que sugeria que a mesma baixasse à Comissão 6. -----*

*-----O **Deputado Paulo Caetano** cumprimentou todos os presentes e perguntou ao Deputado João*

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Valente qual o objetivo da Saudação baixar à Comissão. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** após cumprimentar todos os presentes disse que a Saudação não fazia muito sentido porque ainda não se conhecia muito bem os moldes definidos para o melhoramento do transporte público na Área Metropolitana de Lisboa. Na opinião do Grupo Municipal do PSD faria sentido depois de a AMS votar e ter um acesso profundo sobre a matéria. De qualquer forma nunca o PSD aprovaria uma Saudação a congratular o Governo da República. -----

-----**O Deputado João Valente** referiu que o Deputado Lobo da Silva já respondera de alguma forma ao Deputado Paulo Caetano. O documento ia no sentido de saudar algo que ainda não fora aprovado na AMS. Não conhecendo o orçamento e outras matérias, não fazia sentido saudar algo que não fora aprovado. -----

-----**O Presidente da CMS** disse que na sua opinião seria prudente refazer o conteúdo da saudação para ser o mais correto possível ou então acompanhar o raciocínio de baixar à Comissão para que pudesse amadurecer e ter mais alguma informação sobre a matéria. -----

-----Pensava que as suas notas poderiam ser importantes, independentemente de se estar perante uma saudação, para se entender o ponto de situação e o comprometimento do Município de Sesimbra e de toda a Área Metropolitana na matéria. -----

-----A questão surgia há já algum tempo, aliás no mandato do anterior executivo, sobre uma questão muito particular que se prendia com o facto de a partir de 2019 terminarem os contratos de concessão com as empresas de transporte rodoviário da AML, e estava encadeado um processo dentro dos 18 municípios para que a própria Área Metropolitana pudesse vir a gerir aquilo que era o sistema de transportes rodoviários públicos em toda a Área Metropolitana. Era um processo que não era fácil, com particularidades de diferentes municípios. Lisboa tinha hoje uma particularidade. Já era o Município de Lisboa a entidade gestora dos transportes municipais, a Carris. Barreiro e Cascais também tinham de certa forma essa particularidade. -----

-----A discussão sobre a matéria ao longo dos meses e ano entroncara essencialmente em 3 questões fundamentais:-----

----- A questão que tinha a ver com o modelo de gestão que seria aplicado, e essa era a primeira grande definição da AML, ou seja, definia o modelo de gestão do operador interno, que seria a constituição de uma empresa metropolitana de transportes já aprovada pelo Conselho Metropolitano. Não seria uma concessão nem de áreas, nem de parcelas, a empresas privadas. A empresa intermunicipal seria uma empresa que neste momento tinha apenas como objeto a gestão da bilhética na Área

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Metropolitana, que hoje estava numa entidade sobretudo privada que era a Otlis - Operadores de Transportes da Região de Lisboa Ace, que por acaso não abrangia Sesimbra que estava na coroa mais distante. -----

-----A gestão dos transportes nem sequer estava na constituição, porque os Municípios ainda teriam de delegar essa competência na própria Área Metropolitana que tinha de acontecer até final do ano, até porque o Tribunal de Contas poderia levantar problemas por ainda não existir descentralização de competências e sem estudo de viabilidade financeira.-----

-----A primeira grande opção fora manter, e bem, na esfera pública, na dependência total dos municípios, aquilo que era a operação de transportes rodoviários públicos em toda a AML. Sesimbra acompanhara aquele raciocínio e fora a primeira grande decisão.-----

-----A segunda grande questão tinha a ver com aquilo que era a rede que neste momento nem sequer estava estabilizada por uma terceira questão que já explicaria. Era claramente identificado que para haver uma operação de melhoria do transporte público da AML tinha que haver uma clara melhoria da oferta da rede, não só em trajetos, como também em frequência em termos de horários. O que se apontava que seria para um aumento da rede em cerca de 20 a 30% nos cenários que se estavam a estudar que resultavam da aplicação da lei atual porque existiam critérios que definiam claramente quais os circuitos que tinham de existir. Deu em seguida o exemplo: num cenário base que resultava da lei, tinham que existir circuitos entre todas as sedes dos municípios da AML, o que significaria que Sesimbra teria de ter 2 carreiras por dia entre todos os municípios da AML, o que também poderia não ser a melhor realidade de ponto de vista de gestão.-----

-----O que também estava em cima da mesa e que era o grande foco de preocupação, era que a rede fosse uma rede que correspondesse a um serviço público de transporte e houvesse um aumento quase exponencial para o uso do transporte público e tinha a ver com a redução clara de um conjunto de critérios ambientais, com o objetivo do uso do transporte familiar e uma melhoria de mobilidade na AML.

-----Estes cenários base não estavam consolidados. De momento todos os Municípios estavam a trabalhar em 4 cenários base: -----

-----Os serviços mínimos, o que seria um aumento minimamente razoável e um aumento sustentável, que nunca seria o ótimo porque entroncava na terceira questão que era o financiamento, o qual estava inicialmente previsto de cerca de 60 milhões de euros anuais, num quadro de um concurso internacional com contratualizações com serviços privados para determinadas áreas, porque a operação iria entroncar com aquilo que eram os operadores públicos, nomeadamente a Carris.-----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Cascais iria ficar de fora nesta 1.ª fase, porque avançara com concurso próprio e não iria delegar na AML a gestão do transporte.-----

-----Os 60 milhões seriam efetivamente necessários para corresponder ao nível mínimo exigido, com mais frequências, mais circuitos e com material circulante apelativo. Seria realizado no âmbito do concurso, por lotes, e o carro teria de ter uma vida de 5 anos no máximo, que entroncava na questão do financiamento. O que neste momento estava garantido eram os 32 milhões de euros que seriam repartidos entre os municípios.-----

----- Na saudação faltava um assunto muito importante que era o facto de o Estado ter de garantir 30 milhões, ou de injeção direta na operação, ou de transferências para a AML.-----

-----Os Municípios, através do sistema de perequação, tinham arranjado 32 mil euros, onde Sesimbra tinha um encargo de 1 milhão de euros.-----

-----Relativamente ao passe social o Presidente da CMS informou que tinha havido uma negociação entre o Presidente do Conselho Metropolitano, que era o Presidente da CM de Lisboa, acompanhado de um grupo de trabalho composto por várias forças políticas, e o Governo, e o que estava garantido e que hoje estava estimado era que para garantir a operação em termos de passe social, que era uma operação que abrangia todos os operadores - ferroviários, fluviais e rodoviários - era que seriam necessários para a AML, 65 milhões de euros, que eram as contrapartidas para os operados privados atuais, já a partir de abril de 2019, garantirem os passes a 40, 30 euros que era o que estava definido.-----

-----Pelo Orçamento do Estado (OE) sabia que a verba de 57 milhões estava inscrita com a comparticipação e percentagem a partir de abril e até ao final do ano, mas também se sabia que a AML para ter acesso a esse financiamento teria que colocar 2,5% desse valor já no ano de 2019, 10% no ano de 2020 e 20% no ano de 2021 para ir buscar o resto ao Fundo Ambiental onde a verba estava afetada.-----

-----O que significava que aquilo que a AML assumia que era ter 1 milhão de euros durante 8 anos, que era 7 mais 1 que era o ano de arranque da operação que era 2019, era que se em 2021 se não existissem 30 milhões do Estado, fosse por via de injeção direta ou alocadas à própria Área Metropolitana, em 2021, os 32 milhões de euros que os Municípios teriam que investir, metade seriam para garantir os passes sociais, e nada ficava para o aumento da rede.-----

-----Sesimbra, Mafra e Palmela eram os municípios que estavam na coroa mais distante e com grande impacto orçamental nos transportes escolares, em que o custo por habitante seria o mais alto. O Município de Sesimbra ficaria com um encargo de 28 euros por habitante e o montante não seria 1 milhão de euros mas sim 1,5 milhões de euros, pelo sistema de perequação que fora utilizado na

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

distribuição das verbas pelo pacto dos fundos comunitários, e o Município de Oeiras ficaria com um encargo por habitante de 8 euros. -----

-----O Município de Sesimbra fizera as suas contas e tinha a perceção de que hoje, com a rede que tinha em termos de transporte rodoviário, com o n.º máximo comportado por essa rede em transportes para fora do concelho, saía mais barata ao Município pagar o passe gratuito a todos os que utilizavam os transportes públicos do que pagar 1 milhão de euros. -----

----- Após prolongada negociação, o Município conseguira ficar pelo milhão de euros e pagar o máximo de 20 euros por habitante. -----

-----Era uma revolução aquilo que se pretendia na mobilidade de transportes na AML. Era uma clara revolução com transportes a 40 e 30 euros, mas também era verdade que essa revolução, no caso de Sesimbra, só faria sentido não para manter as 500 ou 600 mil pessoas que utilizavam hoje o transporte público entroncada na rede existente, mas que a rede pudesse ser duplicada ou triplicada para poder ter mais gente a utilizar o transporte publico e aí fazia sentido o milhão de euros que o Município teria de assegurar nos próximos 8 anos. -----

-----A operação tinha todo o mérito da AML. O modelo de ser um operador interno na esfera pública era um modelo fundamental. A questão de 40/30 era de facto uma vantagem, mas, neste momento devia-se saudar mais os municípios que iriam fazer um esforço financeiro do que o governo porque ainda eram precisos 30 milhões de euros porque senão a operação não iria funcionar. -----

-----Tomando o uso da palavra a **Presidente da AMS** lembrou que os documentos só baixariam às Comissões com a concordância dos Grupos Municipais proponentes pelo que perguntou ao Deputado Sérgio Faias se aceitava que o documento baixasse à Comissão 6. -----

-----**O Deputado Sérgio Faias** respondeu que na perspetiva dos proponentes, a Saudação pretendia salientar um benefício, que estava à vista de todos, para as pessoas que viviam em Sesimbra e que tinham de se deslocar todos os dias para os seus locais de trabalho, para estudar ou desenvolver outras atividades fora do Concelho. O sentido da Saudação era dizer que tinha sido dado um passo para se melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Tendo sido dado esse passo continuava a ser pertinente a Saudação, mas naturalmente o seu Grupo Municipal percebendo que havia um conjunto de informações, estava disponível para as discutir na presente sessão para se marcar de facto o momento que representava um virar de página para a qualidade de vida da população do Concelho de Sesimbra.-----

-----Sugeriu assim à Presidente da AMS que se pudesse avançar com outros documentos e se voltasse posteriormente à Saudação dando a oportunidade aos diferentes Grupos Municipais para apresentarem

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

melhorias ao documento.-----

-----**A Presidente da AMS** disse que era uma metodologia já utilizada em anteriores reuniões e não via qualquer inconveniente em se prosseguir com os outros documentos e se necessário fazer um pequeno intervalo.-----

-----Passou em seguida à apreciação da Saudação sobre o Dia Nacional do Mar apresentada pelo Grupo Municipal do PS cujo teor a seguir se transcreve: -----

-----*“Celebra-se hoje o Dia Nacional do Mar. -----*

-----*A celebração deste dia teve origem na "Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar", que entrou em vigor a 16 de novembro de 1994, tendo Portugal ratificado o documento em 1997.-----*

-----*O mar é um elemento fundamental das nossas vidas. É nele que se encontra a principal fonte de vida deste planeta e tem um papel fundamental na manutenção das condições de equilíbrio no ambiente, funcionando como um regulador das condições atmosféricas.-----*

-----*O mar representa a maior fronteira de Portugal. Foi esta fronteira que há mais de 500 anos nos permitiu chegar a diferentes pontos do mundo e abrir as portas a novos povos e civilizações, definindo a sociedade aberta e multicultural a que hoje nos orgulhamos de pertencer. -----*

-----*O mar representa também para o nosso país o desenvolvimento económico e, em momentos de crise, sempre temos encontrado nesse azul imenso uma janela de esperança e a possibilidade de traçar um novo rumo para a prosperidade. -----*

-----*Mas se do mar podemos tirar riqueza, temos, antes de mais, que ser os seus primeiros guardiões, temos que assumir a responsabilidade de o preservar e de o garantir a salvo das ameaças a que diariamente se encontra sujeito. -----*

-----*A posição geográfica do concelho de Sesimbra faz também com que, ao longo dos tempos, o mar tenha sido um dos seus principais marcos identitários e, em torno dele, se tenham desenvolvido as principais atividades económicas da região. -----*

-----*Somos uma terra com uma muito forte ligação ao mar e, apesar de alguma mágoa pelo infortúnio das vidas dos heróis que junto dele tem sucumbido, está sempre presente na alma sesimbrense e é a ele que recorreremos nos momentos de introspeção e da procura pela tranquilidade de espírito.-----*

-----*Comemorar o dia do mar é assim lembrar a sua importância para as nossas vidas e vincar a nossa responsabilidade na sua proteção e preservação. Proteger o mar é proteger cada um de nós, proteger as nossas famílias e garantir a existência de um planeta saudável para as gerações vindouras. -----*

-----*Face ao exposto, o Grupo Municipal do PS recomenda que a Assembleia Municipal de Sesimbra*

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

aprove a presente Saudação ao Dia Nacional do Mar. -----

-----Da presente saudação, após aprovada, deverá ser dado conhecimento ao Governo, Assembleia da República, Camara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia do concelho, órgãos de comunicação social local e regional.” -----

*-----Usou da palavra o **Deputado João Valente** que em nome do GM da CDU solicitou ao Grupo Proponente que a Saudação fosse enviada, para conhecimento, às estruturas associativas da pesca e do comércio da pesca, tendo o **Deputado Sérgio Faias** respondido que era de todo pertinente a inclusão das associações de pescadores e das organizações de produtores do concelho na área da pesca. -----*

-----Prosseguindo a sua intervenção o Deputado Sérgio Faias saudou a CMS pela iniciativa realizada para assinalar o dia nacional do mar que fora um momento importante.-----

-----Aproveitou também para destacar que a Comissão de Desenvolvimento Económico, na sua primeira reunião considerara que o tema a que se devia dedicar seriam precisamente as questões do mar e da pesca e que numa próxima reunião trataria de uma iniciativa sobre o dia nacional do mar mas não se chegara a concretizar, mas possivelmente no próximo ano poder-se-ia preparar essa iniciativa. -----

*-----Não havendo mais intervenções a **Presidente da AMS** colocou à votação a **Saudação atrás transcrita, com a inclusão do seu envio às Estruturas Associativas e Organizações de Produtores do Setor das Pescas, tendo merecido aprovação unânime.**-----*

-----Deu depois início ao debate da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU sob o título “Centro de Saúde da Quinta do Conde” que se passa a transcrever: -----

-----“Desde a sua construção que se verifica que o Centro de Saúde da Quinta do Conde é insuficiente para fazer face às necessidades da população que abrange. O projeto inicial foi reduzido na área de construção, hoje a realidade demonstra a necessidade de alargamento da resposta ao nível dos cuidados de saúde primários nesta freguesia.-----

-----A freguesia da Quinta do Conde tem 14,22 quilómetros quadrados e 25606 habitantes (Censos 2011). Em 1991, o número de habitantes situava-se nos 7958, o que reflete o grande crescimento demográfico desta freguesia ao longo dos últimos vinte anos. Hoje e em fase do crescimento previsto estes números serão superiores certamente aos de 2011.-----

-----Constata-se assim a necessidade urgente de descentralizar e alargar as instalações do Centro de Saúde da Quinta do Conde, para assegurar uma adequada prestação de cuidados de saúde à população. A solução apresentada pelo Ministério da Saúde passa pela reabilitação e ampliação das antigas instalações da unidade de saúde da Quinta do Conde para a instalação de seis médicos de família a

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

acrescentar aos existentes no atual centro de saúde.-----

-----Não recusamos esta solução, que no entanto é no nosso entender uma solução não mais que provisória e que não dará a resposta adequada as necessidades da população abrangida. Basta atentar no rácio de número de utentes por médico, a rondar 3000, considerando os mais 30.000 residentes atuais da Freguesia da Quinta do Conde.-----

-----Por outro lado a falta de um serviço de Atendimento Permanente para a população da Quinta do Conde obriga a deslocações para fora da freguesia ou para Sesimbra que como e do conhecimento público funciona num horário na nossa opinião insuficiente para a resposta adequada á população do concelho de Sesimbra ou para o Hospital de São Bernardo em Setúbal obrigando por essa via a enormes deslocações desta população que por vezes podem ser superiores a 70Km para poder ter acesso aos cuidados de saúde ditos de urgência.-----

-----Assim e não nos opondo a solução preconizada pelo Ministério da Saúde para a reabilitação e ampliação das antigas instalações da Unidade de Saúde da Quinta do Conde.-----

-----1- A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 16 de Novembro de 2018, vem solicitar ao Ministério da Saúde que seja construído de raiz um novo Centro de Saúde para a Quinta do Conde de forma a dar a resposta adequada aos habitantes desta freguesia.-----

-----Dar conhecimento: Câmara Municipal de Sesimbra; Junta de Freguesia da Quinta do Conde; Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde; Comissão Representativa dos Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde; Aces Arrábida; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Ministro da Saúde.”-----

*-----Usou da palavra a **Deputada Andredina Cardoso** que sugeriu algumas alterações de pormenor de modo a tornar o texto mais claro.*-----

*-----O **Deputado Lobo da Silva** disse que como era do conhecimento da AMS, a Comissão Sociocultural, coordenada pelo Deputado Rui João Rodrigues, estava a desenvolver um trabalho intitulado “Estado da Saúde no Concelho” e fora definido na mesma que só depois desse trabalho a Comissão elaboraria documentos, no entanto o Grupo Municipal entendia a apresentação da Moção e da sua parte fazia sentido nomeadamente porque era uma realidade que não se podia ignorar e estava a decorrer a discussão do Orçamento do Estado. Sugeriu no entanto que a referência a 70 km fosse substituído por 50 km porque o enquadramento ficaria diferente.*-----

-----Passou depois a transmitir os seguintes números indicados como recentes:-----

-----UCSP de Sesimbra: Utentes com médico de família - 8838, utentes sem médico de família – 954,

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

utentes não frequentadores – 940, utentes sem médico por opção – 6, total de utentes inscritos frequentadores – 9798, total de utentes inscritos – 10738, 9,7% não tinham médico de família; -----

-----UCSP da Quinta do Conde: Utentes com médico de família - 5585, utentes sem médico de família – 3910, utentes não frequentadores – 1998, utentes sem médico por opção – 0, total de utentes inscritos frequentadores – 9475, total de utentes inscritos – 11473, 41,3% não tinham médico de família; -----

-----USF do Castelo: Utentes com médico de família - 14920, utentes sem médico de família – 3, utentes não frequentadores – 999, total de utentes inscritos frequentadores – 14923, total de utentes inscritos – 15922, 0,0% não tinham médico de família; -----

-----USF Conde Saúde: Utentes com médico de família - 9066, utentes sem médico de família – 1755, utentes não frequentadores – 271, total de utentes inscritos – 10821, 16,2% não tinham médico de família. -----

-----Das 3 freguesias do Concelho, a mais penalizada era a Quinta do Conde. -----

-----Devia haver uma atitude firme sobre a matéria daí o seu Grupo Municipal estar de acordo com a Moção. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que o seu Grupo Municipal aceitava as sugestões colocadas pela Deputada Andredina Cardoso assim como também aceitava a sugestão do Deputado Lobo da Siva de substituição dos 70 por 50 km. -----

-----Relativamente à razão da CDU apresentar o documento devia-se ao facto de ter tido conhecimento que o Ministério da Saúde propusera à CMS e através de uma informação da Comissão de Utentes da Quinta do Conde, que a solução preconizada seria a reabilitação e ampliação das antigas instalações do Centro de Saúde da Quinta do Conde. Seria uma situação provisória, mas a AMS à semelhança de outras matérias sobre as quais tomara posição, deveria transmitir ao Ministério da Saúde que não se opunha à situação provisória mas alertar que a Quinta do Conde merecia um centro de saúde novo devido ao crescimento da população e às necessidades existentes no que respeitava aos médicos de família, e ainda de descentralização dos cuidados de saúde para o Conde 1 porque era uma freguesia grande. Daí a razão da apresentação da Moção neste momento. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** acrescentou que todos tinham a noção do que era o provisório no Concelho, mais concretamente na Quinta do Conde. O Centro de Saúde que a Administração Central queria reativar e ampliar com obras, fora um centro de saúde provisório durante mais de 20 anos. -----

-----Não havendo mais intervenções a **Presidente da AMS** colocou à votação a **Moção com o título Centro de Saúde da Quinta do Conde já com as alterações introduzidas conforme a seguir se**

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

transcreve, tendo merecido aprovação unânime:-----

-----“Desde a sua construção que se verifica que o Centro de Saúde da Quinta do Conde é insuficiente para fazer face às necessidades da população que abrange. O projeto inicial foi reduzido na área de construção, e hoje a realidade demonstra a necessidade de alargamento da resposta ao nível dos cuidados de saúde primários nesta freguesia. -----

-----A freguesia da Quinta do Conde tem 14,22 quilómetros quadrados e 25606 habitantes (Censos 2011). Em 1991, o número de habitantes situava-se nos 7958, o que reflete o grande crescimento demográfico desta freguesia ao longo dos últimos vinte anos. Hoje, e em fase do crescimento previsto, estes números serão superiores certamente aos de 2011.-----

-----Constata-se assim a necessidade urgente de descentralizar e alargar as instalações do Centro de Saúde da Quinta do Conde, para assegurar uma adequada prestação de cuidados de saúde à população. -----

-----A solução apresentada pelo Ministério da Saúde passa pela reabilitação e ampliação das antigas instalações da unidade de saúde da Quinta do Conde para a instalação de seis médicos de família a acrescentar aos existentes no atual centro de saúde.-----

-----Não recusamos esta solução, que no entanto é no nosso entender, uma solução não mais que provisória e que não dará a resposta adequada às necessidades da população abrangida. Basta atentar no rácio de número de utentes por médico, a rondar os 3000, considerando os mais 30.000 residentes atuais da freguesia da Quinta do Conde.-----

-----Por outro lado, a falta de um serviço de Atendimento Permanente para a população da Quinta do Conde obriga a deslocações para fora da freguesia ou para Sesimbra que, como é do conhecimento público, funciona num horário na nossa opinião insuficiente para a resposta adequada à população do concelho de Sesimbra, ou para o Hospital de São Bernardo, em Setúbal, obrigando por essa via a enormes deslocações desta população, que por vezes podem ser superiores a 50Km, para poder ter acesso aos cuidados de saúde ditos de urgência. -----

-----Assim, e não nos opondo à solução preconizada pelo Ministério da Saúde para a reabilitação e ampliação das antigas instalações da Unidade de Saúde da Quinta do Conde;-----

-----1- A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 16 de novembro de 2018 vem solicitar ao Ministério da Saúde que seja construído de raiz um novo Centro de Saúde para a Quinta do Conde de forma a dar a resposta adequada aos habitantes desta freguesia. -----

-----Dar conhecimento: -----

-----Câmara Municipal de Sesimbra; Junta de Freguesia da Quinta do Conde; Assembleia de Freguesia

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

da Quinta do Conde; Comissão Representativa dos Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde; Aces Arrábida; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Ministro da Saúde.”-----

-----A Presidente da AMS iniciou em seguida o debate da Moção - Dragagens do Sado / Por uma estratégia de equilíbrio e desenvolvimento sustentável apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que se passa a transcrever: -----

-----“A Administração de Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) pretende realizar um projeto de “Melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal”, com dragagem no rio Sado, a fim de fazer um porto de profundidade para navios de grande porte. -----

-----A modernização e o desenvolvimento são indissociáveis da salvaguarda do equilíbrio entre a atividade comercial, a defesa do ambiente, a promoção e valorização da atividade piscatória e turística.

-----Daqui resultam as maiores preocupações sobre as alterações e os impactos que podem advir futuramente, seja a nível socioeconómico, ambiental, entre outros fatores, de igual importância e a preocupação que podem afetar direta ou indiretamente o concelho de Sesimbra; -----

-----Na realidade o estudo de impacto ambiental identifica um conjunto de riscos, bem como as medidas para os minimizar, assegurando a monitorização ao longo e após o desenvolvimento dos trabalhos, mas cujas garantias sobre a sua real influência não são conhecidas; -----

-----Ponderando que a minimização dos impactos, não só aos valores naturais, mas também de particular importância, as questões levantadas por representantes do Sector da Pesca, relativamente à localização escolhida para a deposição dos dragados, cujo impacto poderá afetar a pesca artesanal, onde capturam excelente pescado, moluscos e bivalves (para o qual, a APSS já se mostrou disponível para a eventual alteração); -----

-----Considerando que o Parque Marinho Prof. Luiz Saldanha, incluído no Parque Natural da Arrábida, é uma zona do ponto de vista da conservação, com aspetos importantes a preservar pelo seu carácter único, na sua biodiversidade, com pradarias marinhas e berçários, e faz parte integrante do sistema nacional de áreas protegidas pelo ICNF, integrada em rede natura 2000, e cujo POPNA já deveria ter sido revisto visando um desenvolvimento sustentável; -----

-----Considerando que a Baía de Sesimbra, onde as atividades de lazer ligadas ao mar convivem com as artes e tradições da pesca, aliada à sua beleza natural e paisagística, com praias balneares, com águas de excelente qualidade e é já uma referência, como um dos spots de mergulho mais fantásticos e uma atividade económica que vem sendo impulsionada. -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 16 de novembro de dois mil e dezoito vem assim

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

solicitar:-----

----- *Que seja garantida a localização da deposição dos dragados (na Zona A, “Restinga”) para outro local onde os estudos considerem de menor impacto;*-----

----- *Que o estudo de impacto ambiental abranja o concelho de Sesimbra, tendo em conta que o Parque Marinho Luiz Saldanha, se situa em grande parte neste concelho, de modo a permitir perceber que impactos possam existir neste território;*-----

----- *Que o processo de dragagens possa ser reponderado, considerando as dúvidas suscitadas no estudo de impacto ambiental, designadamente, por via da libertação de partículas nocivas para o ecossistema e poluição das águas;* -----

----- *Que o concelho de Sesimbra seja compensado de eventuais impactos gerados pelas dragagens do rio sado.* -----

-----*Dar conhecimento a:*-----

-----*Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Câmara Municipal de Setúbal; Assembleia Municipal de Setúbal; Ministra do Mar; Área Metropolitana de Lisboa; APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra; Doca Pesca – Portos e Lotas, SA; Artesanal Pesca - Organização de Produtores da Pesca, CRL; ASAPCCN - Associação do Sul dos Armadores de Pesca Costeira e Construção Naval; AAPCS - Associação dos Armadores de Pesca Artesanal e Local do Centro e Sul; STPS - Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul; Ministério do Ambiente; Comunicação Social”*-----

-----**O Deputado Sérgio Faias** sugeriu, considerando que existiam 2 Moções sobre o mesmo tema, se os Grupos proponentes estariam na disponibilidade de transformar os 2 documentos num único documento, independentemente de alguns ajustes que se pudesse fazer.-----

-----**O Deputado Lobo da Silva** disse que na qualidade de Coordenador da Comissão 2 tivera o cuidado de trocar impressões com os elementos da Comissão tendo em atenção a situação e a preocupação sobre a mesma, sendo que era intenção da Comissão reunir para debater o assunto. Sabia que a Deputada Paula Rodrigues colocara uma séria de questões à AMS para serem esclarecidas junto da CMS que entretanto respondera, mas devido a questões de agenda não tinha havido possibilidade de reunir a Comissão, no entanto iria reunir oportunamente. -----

-----Na sua opinião só havia uma Moção sobre as Dragagens no Sado apresentada pela CDU com a qual, na generalidade, o Grupo Municipal do PSD concordava e faria uma Declaração de Voto onde expressaria também preocupação mas não esquecendo que um projeto daqueles, bem executado, daria

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

ao Distrito de Setúbal e a Sesimbra, uma mais-valia desde que fossem salvaguardados os interesses da população em termos ambientais.-----

-----**A Presidente da AMS** esclareceu que o documento apresentado pelo BE apesar de não conter título era sobre as Dragagens do Sado, questionou em seguida ao Grupo Municipal da CDU acerca da sugestão de junção dos 2 documentos, ou se o documento poderia ter uma leitura ao nível da Comissão, ou se decorreria no decorrer da reunião.-----

-----Usou da palavra o **Deputado João Valente** que disse que o Grupo Municipal da CDU não via necessidade de baixar o documento à Comissão porque era um documento explícito. Questionou depois o Deputado José Guerra se pretendia fazer a junção dos 2 documentos.-----

-----**O Deputado José Guerra** respondeu que apoiava a Moção da CDU. A única diferença prendia-se com o assoreamento enquanto não acabassem os estudos.-----

----- Durante 7 anos uma equipa de biólogos estudara as zonas marinhas da costa portuguesa para definir quais deveriam ser classificadas como rede natura 2000. Um dos principais objetivos era a proteção de cetáceos nomeadamente golfinhos. Apesar de em 2016 ter sido realizada a discussão pública da proposta resultante do estudo nunca existira uma decisão definitiva. Só em agosto deste ano ocorreria nova discussão pública para definir a decisão mas o que acontecera fora que das 4 zonas propostas para proteção, apenas avançara 2 zonas. As 2 colidiam de forma evidente com as dragagens no Rio Sado para que o porto de Setúbal recebesse navios de maior dimensão. O que a investigadora responsável pelo estudo de 7 anos afirmava era que não fazia sentido continuar as dragagens do Sado enquanto não se soubesse o impacto ambiental que teria não terminar o estudo daquela área que havia ficado de fora. --

-----Portanto o que se propunha acrescentar era que a obra fosse suspensa até terminar os estudos que já estavam bastante adiantados.-----

-----**O Deputado Lobo da Silva** esclareceu que não solicitara que a Moção da CDU baixasse à Comissão 2, afirmara sim que a Comissão iria apreciar o assunto.-----

-----**O Deputado Sérgio Faias** informou que o estudo de impacto ambiental existia. A classificação dos dragados fora feita seguindo os métodos que estavam previstos para o efeito. Se não houvesse uma proposta com um mínimo de condições a APA nunca avançaria para o estudo de impacto ambiental. Existia um momento prévio em que se verificava se existiam, ou não, condições para se avançar com o estudo, portanto a partir do momento em que se avançava significava que as metodologias estavam propostas e tinham o rigor que garantiam os resultados.-----

-----Percebia-se a preocupação do alargamento do estudo à área que estava mais contígua ao

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

concelho de Sesimbra, e por isso, uma vez que o estudo já fora realizado, o que se podia propor era que se monitorizasse um conjunto de fatores, e um deles era a qualidade da água.-----

-----Assim onde era proposto Que o estudo de impacto ambiental abranja o concelho de Sesimbra, tendo em conta que o Parque Marinho Luiz Saldanha, o Grupo Municipal do PS sugeria “Que a monitorização da qualidade da água abranja o concelho de Sesimbra tendo em conta o Parque Marinho Luis Saldanha” portanto em vez do estudo de impacto ambiental que já existia seria no sentido de insistir para que as medidas de monitorização se alargassem até ao Concelho de Sesimbra e chegassem de facto ao Parque Marinho Luis Saldanha. Com esta proposta de alteração o Grupo Municipal do PS votaria a favor da Moção. -----

-----Usando da palavra a **Deputada Paula Rodrigues** disse que o Grupo Municipal da CDU concordava com a proposta de alteração do Grupo Municipal do PS. Acrescentou que o estudo do impacto ambiental estava realmente bem feito e referia as situações apontadas mas também alertava para uma série de questões, nomeadamente o princípio da precaucionalidade e pedia inclusivamente que o mesmo incorporasse planos de acompanhamento de recolha de dados e correção de procedimentos. -----

-----Também havia a questão de impactes negativos, nomeadamente aos desequilíbrios da dinâmica natural do delta do estuário do Sado e referia que gerava impactos negativos diretos e indiretos, para além de outras questões. A preocupação das águas no que dizia respeito a alguns sedimentos que poderiam conter vestígios contaminados. -----

-----Era uma preocupação no que dizia respeito à localização da deposição dos dragados. O Parque Marinho Luis Saldanha tinha áreas muito sensíveis. A zona da área de intervenção era bastante sensível e a zona envolvente no Parque Luis Saldanha podia ser afetada. A deposição dos dragados do delta do estuário, a poucos metros do Parque Luis Saldanha, onde o exercício da pesca vinha sendo altamente limitado e reduzido por força de um plano altamente restritivo que era o POPNA que já deveria ter sido revisto, iria permitir que durante 6 anos fossem depositados possíveis dragados com contaminação vestigiária que era o crómio. Daí existir uma grande preocupação. Para além de outras questões, como por exemplo a atividade no âmbito do turismo. Por exemplo Sesimbra tinha uma excelente qualidade de água e spots de mergulho muito procurados no Parque Luis Saldanha, assim como na qualidade das praias. - -----

-----Não havendo mais intervenções a **Presidente da AMS** submeteu à **votação a Moção atrás transcrita com a alteração proposta pelo Grupo Municipal do PS tendo sido aprovada por unanimidade.**

-----**O Deputado Lobo da Silva** prestou em nome do Grupo Municipal do PSD a seguinte Declaração

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

de Voto:-----

-----*“Reconhecemos como fator estratégico que as dragagens são bastante importantes para o desenvolvimento do Porto de Setúbal, sendo esta uma atividade da qual dependem milhares de pessoas do nosso Distrito.-----*

-----*Contudo, é importante compatibilizar estes trabalhos de Drenagem com a preservação ambiental das zonas sensíveis, como a Reserva Natural do Estuário do Sado, a Zona de Proteção Especial para aves do estuário, o Sítio Ramsar, também importante para um conjunto de aves, o Parque Marinho Luiz Saldanha, e demais área do Parque Natural da Arrábida.-----*

-----*A questão do turismo e da atividade piscatória também não poderão sofrer impactos negativos. Resumindo, é necessário e urgente que sejam feitos todos os estudos prévios, para que posteriormente se analisem todos os impactos positivos/negativos desta operação de Drenagem.-----*

-----*Parece-nos que mais uma vez este Governo Socialista, como tantas outras situações, inverte os papéis.-----*

-----*Assim, e tendo em consideração os aspetos atrás enumerados, obviamente o nosso voto favorável a este documento.”-----*

-----**A Presidente da AMS** abriu em seguida o debate sobre a Moção com o título “Dragagens do Sado” apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda cujo conteúdo se passa a transcrever:---

-----*“As dragagens previstas no Estuário do rio Sado, para aumentar a circulação de navios de grande calado, destinam-se a valorizar economicamente o porto de Setúbal na concorrência com os de Lisboa e Sines. Até agora têm sido feitas dragagens de manutenção que permitiram combater a tendência natural para o assoreamento e dar acessibilidade a embarcações que se articularam com a atividade económica da região, nomeadamente com a Autoeuropa.-----*

-----*Apesar de esta operação poder vir a ter efeitos positivos sobre alguns segmentos da economia regional, não deixa de ser verdade que a dimensão dos trabalhos de remoção profunda de areias que está programada levanta sérias ameaças sobre o equilíbrio do ecossistema ligado ao Estuário do Sado, pondo em risco a biodiversidade, as atividades ligadas ao turismo e a sobrevivência de algumas praias da zona envolvente.-----*

-----*Por outro lado, os materiais que resultarem das dragagens podem conter elementos de contaminação importantes, pois eles resultam de muitos anos de acumulação no fundo do Sado de derivados poluentes das atividades industrial e agrícola, pelo que é essencial conhecer o destino previsto para eles.-----*

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida no dia 16 de novembro de 2018 exige que sejam divulgados publicamente os impactos previstos das operações de dragagem no Sado e a suspensão dos respetivos trabalhos até ao total esclarecimento da situação.”-----

-----Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que referindo-se à frase “os materiais que resultarem das dragagens podem conter elementos de contaminação importantes” disse que podia criar um ambiente de desconfiança relativamente àquilo que era o trabalho da APA. Era uma mensagem muito forte e colocava de certa forma em causa os profissionais que desempenhavam um papel importante, principalmente nos últimos anos, na proteção do meio ambiente e na proteção de algumas intervenções que não respeitavam esses princípios. Também relativamente à frase “divulgados publicamente os impactos previstos das operações” o Deputado esclareceu que o estudo de impacto ambiental estava disponível no *site* da APA. Fora sujeito a consulta pública. Portanto os impactos estavam divulgados publicamente.-----

-----Por vezes, dava-se pouca importância aos momentos em que ocorriam as consultas públicas em qualquer tipo de processo e isso refletira-se quando há umas semanas atrás tinha sido realizada uma manifestação sobre as Dragagens e onde uma associação ambientalista fizera Declarações em órgãos da comunicação social a indicar que não iria participar na manifestação porque tinha recebido a informação que o processo estava em consulta pública e dado que não reagira à consulta pública achava que por uma questão de coerência não devia participar. -----

-----Estava-se a assumir com alguma ligeireza aqueles processos como se de facto não tivessem um conjunto de regras a seguir. -----

-----Quanto à interrupção dos trabalhos informou que já tinham sido colocadas duas providências cautelares e que não tinham tido prosseguimento por parte do Tribunal.-----

-----Pela experiência profissional relatou que numa dragagem que estava a acontecer no Algarve, gerara-se um conjunto de alarmes sociais sobre a mesma com notícias no *facebook*, perguntas na assembleia municipal e em reunião de câmara sobre o que estava a acontecer e se tinham sido tomadas todas as medidas porque as pessoas viam a tonalidade dos dragados e achavam que por ser uma cor escura estariam contaminados, e viam que durante o processo de dragagem um conjunto de resíduos eram recolhidos pela draga em cima do batelão, só que viam o batelão sair e não chegavam a perceber o que é que acontecia desde que o mesmo saía até que os dragados eram despejados junto a uma praia por indicação da APA. Fora preciso fazer uma série de esclarecimentos porque todos os procedimentos estavam previstos. Tinha sido a própria APA que tinha identificado o local para depositar os dragados

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

porque era o que ambientalmente fazia mais sentido. Os dragados, como em todos aqueles processos de dragagem, tinham sido classificados por entidades de investigação reconhecida para o efeito em que tinham feito a classificação e análise dos dragados, e nesse trajeto que intermediava a zona onde estavam a ser recolhidos os dragados e onde eram largados junto à praia, existia o estaleiro do empreiteiro onde todos os resíduos que eram recolhidos juntamente com material dragado era separado e estavam guardados em estaleiro, assim como existia uma empresa de fiscalização como era obrigação nas grandes empreitadas de fazer a separação e medição. -----

-----Por vezes, porque não se acompanhava todo o processo levantavam-se dúvidas, que deviam ser esclarecidas, mas não se devia pôr em causa aquilo que era o trabalho de instituições públicas que estavam todos os dias a desempenhar as suas funções no sentido da defesa do que era a causa pública e do que era a defesa do nosso meio ambiente. -----

-----Pelo exposto o Grupo Municipal do PS não podia votar favoravelmente a Moção do Grupo Municipal do BE.-----

-----**O Deputado Rui João** referiu que também lera o estudo de impacto ambiental, mas lembrava o que acontecera no Rio Tejo, no ano passado, onde haviam sido mortos milhares de peixes e a APA até hoje ainda não chegara a qualquer conclusão. -----

-----No estudo de impacto ambiental era referido que em determinada zona existiam elevados níveis de crómio derivados do porto de Sines, e essas areias também iriam ser dragadas. Os efeitos do crómio na saúde humana eram altamente cancerígena.-----

-----Ao removerem as areias os resíduos entrariam na cadeia alimentar. Esta situação estava prevista no estudo de impacto ambiental. Não era uma questão de levantar alarme mas de alertar que o processo ainda carecia de um maior aprofundamento porque o estudo referia perigo para o ambiente. O problema era que a economia se sobrepunha ao ambiente. De facto a economia portuária no distrito de Setúbal estava em alta: porto de água profundas no Barreiro, porto de águas profundas em Setúbal e porto de águas profundas em Sines. Perguntou em seguida quais eram os estudos económicos que o governo tinha para que existissem 3 portos de águas profundas num espaço de 100 km quadrados.-----

-----Disse depois que as dragagens punham em causa a pesca em Sesimbra porque o local onde pretendiam colocar os dragados era uma zona de pesca dos pescadores de Sesimbra e era responsabilidade da AMS precaver para a situação. -----

-----**O Deputado José Guerra** disse que o estudo estava publicado na APA mas não tinha junto o estudo feito pelos biólogos ao longo de 7 anos que estudava as 4 áreas a defender. -----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que se estava a centralizar em Lisboa tudo o que era turismo, porque Setúbal seria mais um parque de contentores.-----

-----Disse que poder-se-ia acabar com a pesca que restava porque Setúbal também era uma zona piscatória. Sesimbra ficava um pouco mais distante. -----

-----A APA juntava um conjunto de documentos. Por exemplo na questão dos peixes mortos, a APA não se impusera para que a polícia judiciária pudesse fazer investigação junto das fábricas de celulose.--

-----A proposta apresentada não ia no sentido do fim dos trabalhos de dragagens mas sim a sua suspensão até ao cabal esclarecimento. -----

----- **O Deputado Miguel Ribeiro** cumprimentou todos os presentes e disse que o Grupo Municipal do MSU entendia que existindo um estudo de impacto ambiental e havendo um acompanhamento posterior do processo não fazia muito sentido a suspensão do processo dos trabalhos de dragagem. Assim o Grupo Municipal votaria contra o documento apresentado pelo BE.-----

-----**O Deputado Paulo Caetano** disse que queria reforçar a posição assumida pelo Deputado Sérgio Faias de que era necessário haver cautela em relação a algum alarmismo social respeitante a assuntos daqueles porque não conseguia acreditar que a APA olhasse para um estudo de impacto ambiental com níveis de crómio acima de determinados teores, de uma forma leviana, e que se entrasse na cadeia alimentar logo se veria. Não acreditava porque a sua experiência profissional mostrava exatamente o contrário. Em situações daquelas de contaminação de terrenos fossem acima ou abaixo da água, o nível e exigência em relação a estados de contaminação com uma série de normas que serviam de referencial, etc., era enorme. Portanto queria sempre acreditar que a avaliação que era feita pela agência portuguesa do ambiente, pelos seus técnicos, era uma avaliação rigorosa e que os impactes negativos seriam obviamente ponderados, assim como as medidas de monitorização e investigação seriam bem pensadas e que seriam acompanhadas e postas em prática. O que interessava de facto era acompanhar o processo e que isso tudo fosse executado e cumprido com uma declaração de impacto ambiental que devia com certeza referir. -----

----- Era alarmista afirmar que a pesca em Sesimbra iria terminar se as dragagens fossem efetuadas. Estava em consideração haver uma alteração relativamente ao local de deposição. Era um processo que ainda estava em discussão. -----

-----Não se devia contribuir para informação exagerada ou fora do contexto, ou que não correspondesse exatamente a um procedimento que estava a ser seguido. -----

----- **O Deputado Rui João** disse que existiam negociações entre a APSS e a associações de pesca para

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que os dragados fossem depositados noutra local, mas até hoje as associações de pesca não tinham uma resposta definitiva da APSS sobre o tema, e entretanto a CIMPOR vinha querer colocar os dragados da sua fábrica nos mesmos sítios onde iriam ser depositados os dragados do Sado. As associações de pesca de Sesimbra, nomeadamente a ARTESANALPESCA, informou o Diretor-geral do Ambiente sobre a situação e iria recorrer sobre o assunto. -----

-----**O Deputado João Valente** propôs em nome do Grupo Municipal da CDU a substituição da palavra “suspensão” por “reponderação” tendo sido aceite pelo Deputado proponente. -----

----- Não havendo mais intervenções **a Presidente da AMS** submeteu à votação a Moção subordinada ao tema “Dragagens do Sado” acima transcrita com a alteração proposta pelo GM da CDU, tendo sido aprovada por maioria com 15 votos a favor (12 CDU, 2 PSD e 1 BE) 2 votos contra do MSU, e 7 abstenções do PS.-- -----

-----**O Grupo Municipal do PSD** prestou a mesma Declaração de Voto apresentada na votação do documento anterior. -----

-----De seguida por solicitação do Líder do Grupo Municipal da CDU os trabalhos foram suspensos por 5 minutos.-----

-----Recomeçados os mesmos, **a Presidente da AMS** abriu o debate sobre a Recomendação com o título “Posicionamento de Contentores”, do Grupo Municipal do PSD cujo conteúdo é o seguinte:-----

-----*“Recentemente verificou-se que a empresa Amarsul, colocou e bem, contentores para a reciclagem na freguesia da Quinta do Conde. -----*

-----*No entanto a sua colocação no entender do PPD/PSD, verificou-se de uma forma inconsciente, e sem o mínimo de segurança. -----*

-----*Além disso, estes mesmos contentores ao serem montados sem qualquer tipo de proteção, quer numa situação de crueldade ou por condições climatéricas adversas, podem provocar acidentes.-----*

----- *Damos como simples exemplo a “Rua das Rosas” que é uma rua a descer e os contentores foram colocados no início da rua. -----*

-----*Assim, e considerando que os contentores ocupam por completo passeios, obrigam, crianças, pessoas idosas, deficientes, pessoas com carrinhos de bebé e todos os outros a passar para a faixa de rodagem, sendo esta de tráfego rodoviário intenso, onde existe o perigo de acidentes por atropelamento.*

No entanto, e tendo por base a postura da CM Sesimbra relativamente às suas preocupações ambientais e às necessidades dos Municípios, não queremos deixar de manifestar a nossa inteira disponibilidade para continuar a acompanhar, como temos feito até aqui, esta e outras situações que comprometam o grau de

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

excelência que pretendemos para o nosso concelho. -----

-----*Posto isto, vem a bancada do PPD/PSD propor que a Assembleia Municipal de Sesimbra, na sua reunião de 16 de novembro de 2018, recomende à Câmara Municipal de Sesimbra que em conjunto com a empresa Amarsul, os referidos contentores sejam instalados com segurança.*-----

-----Usando da palavra o **Deputado João Valente** perguntou ao executivo de quem era a competência do posicionamento dos contentores.-----

-----**O Deputado Faustino Marques** começou por cumprimentar todos os presentes e referiu que este assunto vinha na sequência de outras reuniões nomeadamente da AMS bem como da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde. Quando fora realizada a visita dos eleitos às instalações da CMS verificara que existiam bastantes acessórios para a prisão dos contentores. Portanto estando os contentores colocados e como se aproximava o inverno seria importante que esses acessórios fossem colocados junto dos contentores, fosse da responsabilidade da CMS ou da AMARSUL.-----

-----Concluiu dizendo que o GM do PS estava de acordo com a recomendação.-----

-----**O Presidente da CMS** disse que existiam 2 tipos de contentores. Sobre os contentores recentemente colocados pela AMARSUL informou que a CMS tivera algumas reservas em aceder mas fora colocado em todos os Municípios. Havia o compromisso da AMARSUL de fazer algumas intervenções sobretudo nas zonas identificadas, nomeadamente criando ilhas e suportes para contenção dos contentores.-----

-----Independentemente da reserva da CMS relativamente a esta proposta da AMARSUL, o facto que também era conhecido por todos os Deputados Municipais e pela população em geral, que dizia respeito à manutenção da limpeza e higiene urbana com incidência clara na Quinta do Conde, levava a CMS a aceitar a proposta na perspetiva de reforço dos contentores poder minimizar os impactos negativos com a recolha e manutenção da higiene urbana, e por outro lado porque a relação com a AMARSUL não era fácil, estando a ser preparada uma tomada de posição de todos os municípios da região de Setúbal que faziam parte do consórcio da AMARSUL, e que eram acionistas da AMARSUL, não apenas relativamente ao serviço prestado mas também naquilo que eram os tarifários a aplicar futuramente.-----

----- Havia uma questão de fundo que era o lixo que era colocado nos contentores da AMARSUL, fosse vidro, papel ou embalagens, que seriam menos lixo que estariam nos indiferenciados e consequentemente seria um peso menor para o Município em termos financeiros porque esses correspondiam à operação da própria AMARSUL e os indiferenciados eram pagos à tonelada pela CMS. -

-----Informou depois que seria o Vereador José Polido a complementar a informação porque

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

acompanhara toda a matéria. -----

-----**O Vereador José Polido** cumprimentou todos os presentes e esclareceu que se vinha assistindo nos últimos tempos à colocação de contentores. Iriam ser 500 na 1.ª fase, amarelos e azuis, e isto vinha de encontro às expetativas e às reivindicações do Município no que dizia respeito à AMARSUL. -----

-----A AMARSUL desde que fora privatizada tinha uma política de distribuição de dividendos. Em 2016/2017 distribuíra quase 6.814.000 euros ao acionista maioritário. Isto fazia com que existisse uma degradação do serviço prestado à população. Todos viam os contentores dos reciclados com muito lixo à volta e a CMS ficava com culpa a porque não recolhia o lixo, no entanto era a CMS que substituíra a AMARSUL no trabalho que aquela não fazia no Concelho, nomeadamente na marginal de Sesimbra para recolher os contentores enterrados, sobretudo os do vidro que não tinham recolha com a regularidade necessária. -----

-----A função da CMS era reivindicar junto da AMARSUL mais locais de deposição, uma maior periodicidade na recolha para que aqueles dados se alterassem. Tendo por base aquele princípio, a AMARSUL comprara numa 1.ª fase 500 contentores amarelos e azuis e tinha um projeto que fora analisado. -----

-----Alguns dos contentores haviam sido colocados de uma forma arbitrária e tinha conhecimento de uma série de situações, e por esse motivo, no dia 13 tinha havido uma reunião para se avaliar aquelas e outras situações relativamente ao serviço prestado. -----

-----A Administração da AMARSUL referira que tinha havido um problema com a empresa que adjudicara para realizar as chamadas ilhas e fixação dos contentores. -----

-----Como tinham aumentado os locais de deposição, a periodicidade de recolha era maior porque a AMARSUL tinha dificuldades em adquirir viaturas. -----

-----Prosseguiu dizendo que tinha uns indicadores da AMARSUL disponibilizados na reunião, onde referia que os resíduos urbanos domésticos tinham crescido entre 2014 e 2018, uma média de 4,7%, enquanto que em Sesimbra tinham crescido 4,5% o que significava que Sesimbra enviava cada vez menos resíduos para o aterro com taxas agravadas e isso era bom para todos e para o ambiente, e poupava-se algum valor. -----

-----Nos resíduos reciclados entre 2014 e 2018 a AMARSUL tivera um crescimento de 13,5%. A CMS tivera um crescimento de 24,8%, ou seja no mesmo período crescera o dobro daquilo que crescera a Península de Setúbal. *Per Capita* Sesimbra estava nos 30,79 quilos por habitante portanto ainda teria que atingir as metas que Portugal se comprometera. Tinha os gráficos da AMARSUL onde se via a evolução

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

em todas as fileiras do reciclado, vidro, metal, papel. A AMARSUL em parceria com a CMS fizera há cerca de 3 semanas mais uma campanha junto do comércio, sobretudo na Vila de Sesimbra e em algumas superfícies na freguesia do Castelo, tendo em vista sensibilizar a população para que não depositassem ao lado dos contentores e para que ligassem para a AMARSUL e CMS para os irem buscar porque a CMS tinha técnicos a acompanhar o trabalho da AMARSUL. Fora feita no mês de Agosto uma campanha de sensibilização nas praias de Sesimbra e fora feita com a AMS uma campanha do ECOEVENTO onde a Assembleia Municipal de Jovens contribuíra com cerca de 30 quilos de reciclados onde tinham sido recolhidos 1340 quilos. -----

-----Apesar das diversas campanhas de sensibilização, infelizmente ainda não se conseguira chegar ao objetivo desejado que era não ter lixo à volta dos contentores. A CMS limpava hoje e amanhã voltava a ter mais lixo.-----

-----Para os deputados perceberem o trabalho da CMS na área do ambiente urbano referiu que era um trabalho visível por todos, quer na desmatção, quer na limpeza de terrenos municipais e não municipais, nomeadamente na Quinta do Conde, onde existiam centenas de lotes que estavam em zona verde e em zona de reserva e que a CMS procedera à limpeza dado que os proprietários se viam privados de poder usufruir do bem que tinham. A CMS tinha limpo muitos hectares na Freguesia do Castelo como nunca tinha sido realizado. -----

-----Obviamente que estava preocupado com a forma como tinham sido colocados os contentores mas de facto era um problema que estava na AMARSUL e não na CMS. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** referiu que em nenhum parágrafo da Recomendação era dito que a responsabilidade era da CMS, mas competia aos autarcas eleitos democraticamente trazer questões e apresenta-las ao executivo. Sabia que não era a CMS que andava a colocar os contentores. Chamava incompetência àquilo que a AMARSUL andava a fazer. A Recomendação tinha o objetivo de pedir à CMS que mais uma vez insistisse para que aquilo não continuasse. Enquanto não fizessem as ilhas e preparassem as ilhoses deviam retirar os contentores porque numa situação de temporal os contentores iriam todos para o meio da estrada. As pessoas tinham que se desviar do passeio para poderem circular.

-----Tinha conhecimento de situações onde a CMS limpava e passado um dia já estava lixo espalhado junto aos contentores não obstante o esforço da CMS. O PSD tinha uma posição que passava pela aplicação de multas. -----

-----Usando da palavra o **Deputado João Valente** disse que a Recomendação teria o voto favorável da CDU. Disse que também as cores dos contentores tinham vindo a criar alguma confusão. -----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Presidente da CMS** disse que nem ele nem o Vereador José Polido haviam afirmado que a CMS estava contra a Recomendação.-----

-----**O Vereador José Polido** acrescentou que a recomendação reforçava a posição da autarquia relativamente ao trabalho a ser feito pela AMARSUL no território do Concelho de Sesimbra e seria com grande satisfação que remeteria a Recomendação à AMARSUL. -----

-----**O Deputado Lobo da Silva** disse que se devia clarificar as cores dos contentores.-----

----- De seguida a **Presidente da AMS** submeteu à votação a **Recomendação acima transcrita, com as devidas correções no que respeitava à identificação do proponente conforme é prática da AMS, tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

-----Não foi rececionada qualquer sugestão de alteração ao texto da Recomendação no que diz respeito às cores dos contentores.-----

-----Prossequindo os trabalhos a Presidente da AMS abriu o debate da Recomendação com o título “Melhoria da Iluminação Pública na Avenida da Liberdade – Sesimbra” apresentada pelo GM do PS cujo teor a seguir se transcreve:-----

-----“A Avenida da Liberdade constitui-se como um dos principais eixos da atividade económica e social da Vila de Sesimbra.-----

-----Ao longo desta artéria concentra-se um conjunto de equipamentos de respostas sociais como escolas e creches, serviços da administração pública e o mais variado tipo de comércio, que vai desde o vestuário até à restauração, para além de ser utilizada como uma das principais vias de entrada e saída da vila, quer por veículos quer por peões.-----

-----Um dos principais traços identitários da Avenida da Liberdade, em particular no troço compreendido entre o jardim e o pavilhão do Grupo Desportivo de Sesimbra, é o conjunto de plátanos que a ladeia e que, para além do valioso ensombramento que proporciona a quem nela circula, permite quebrar a frieza do betão das edificações e assim brindar com um apontamento de beleza natural, um espaço predominantemente urbano. -----

-----Sabe-se que o fruimento do espaço, quer do ponto de vista utilitário quer do ponto de vista de lazer, apenas pode ocorrer quando é garantida a sensação de segurança dos seus utilizadores, encontrando-se a mesma fortemente associada às condições de iluminação desse espaço. -----

-----Verifica-se, na Avenida da Liberdade, que o desenvolvimento natural dos plátanos aí existentes e que o aumento em altura e largura das suas copas provoca um ensombramento relativamente à iluminação pública instalada nessa via, criando uma sensação de insegurança a quem nela circula ao final

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

da tarde e durante a noite. -----

-----Assumindo o valor natural e urbanístico dessas árvores considera-se que a sua existência e desenvolvimento jamais deverão ser postos em causa, tornando-se, no entanto, premente ajustar a solução da iluminação pública existente através, por exemplo, do rebaixamento das luminárias existentes, ou por outra qualquer solução técnica que se demonstre adequada. -----

-----Face ao exposto, o Grupo Municipal do PS recomenda que a Câmara Municipal de Sesimbra desenvolva uma solução de iluminação pública para a Avenida da Liberdade, no troço compreendido entre o jardim e o pavilhão do Grupo Desportivo de Sesimbra, no sentido de melhorar a segurança daqueles que fazem uso desta importante artéria da vila de Sesimbra. -----

-----Da presente recomendação, após aprovada, deverá ser dado conhecimento à Camara Municipal de Sesimbra, Junta de Freguesia de Santiago, órgãos de comunicação social local e regional.”-----

*-----Tomando o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** propôs que a Recomendação passasse para a próxima sessão extraordinária a realizar dia 30 de novembro, até porque o Vereador Sérgio Marcelino poderia prestar alguma informação sobre o tema.*-----

*-----Assim sendo, a **AMS deliberou por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, transitar a Recomendação com o título “Melhoria da Iluminação Pública na Avenida da Liberdade – Sesimbra” para o Período de Antes da Ordem do Dia da sessão extraordinária de 30 de novembro, a Recomendação.*** -----

*-----Continuando os trabalhos a **Presidente da AMS** deu início ao debate da Recomendação com o título “Estudo sobre necessidades de mobilidade em Sesimbra”, da autoria do GM do PS que a seguir se transcreve:*-----

-----“No passado dia 17 de outubro, a Área Metropolitana de Lisboa e os 18 municípios que a integram assumiram um conjunto de compromissos que são um marco para a melhoria dos transportes e da mobilidade dos cidadãos na região. Com o objetivo de disponibilizar uma plataforma de bilhética comum a todos os operadores de transportes e a criação de um sistema de bilhética único municípios, a comissão executiva da Área Metropolitana de Lisboa foi mandatada para a criação de uma empresa local (metropolitana); foi ainda aprovada a utilização de uma marca única e exclusiva para todos os serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal e intermunicipal da AML.-----

-----Todas estas medidas permitirão, com um sistema de bilhética único, circular dentro dos municípios a um valor máximo de 30 euros e dentro da Área Metropolitana de Lisboa a um custo de 40 euros, com um limite de 80 euros por família. Esta medida será comparticipada e inscrita no Orçamento

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

do Estado para o ano de 2019. -----

-----O compromisso assumido, que desde já se releva, pretende ter um profundo impacto nos padrões de mobilidade na região, no sentido de atrair passageiros para o transporte público e assim minimizar as externalidades negativas do atual uso abusivo do veículo particular, como são o congestionamento de trânsito, a emissão de gases de efeito de estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia e a exclusão social. -----

-----Refira-se que o inquérito à mobilidade nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, feito pelo INE e divulgado em julho deste ano, deu nota de que os principais motivos invocados para usar o transporte individual se relacionavam com a sua rapidez, o conforto e o facto de os transportes públicos não terem ligação direta ao seu destino. Já as principais razões dadas por quem usa os transportes públicos foram o facto de não conduzirem ou não terem transporte individual, a ausência de alternativa e, finalmente, o fator preço/custo do transporte público. -----

-----Verifica-se assim que, apesar do preço ter relevância na opção de utilização dos transportes públicos coletivos, a existência de boas ligações entre os diferentes modos de transporte público, a sua frequência e capilaridade da rede serão aspetos fundamentais para uma efetiva mudança de hábitos de mobilidade na população. -----

-----Assim, e no sentido de melhor defender os interesses da população de Sesimbra na adesão da Câmara Municipal à empresa de Transportes Metropolitanos de Lisboa, considera-se de vital importância a realização de um estudo que identifique as reais necessidades da população e o potencial de novos utilizadores de transportes públicos, no sentido de poder reforçar a capilaridade dos transportes públicos coletivos e tornar efetivos os efeitos desta medida na qualidade de vida da população do Concelho de Sesimbra. -----

-----Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista recomenda à Câmara Municipal que desenvolva um estudo que permita identificar as necessidades de mobilidade da população de Sesimbra, o qual deverá ser acompanhado pela Comissão 6 da Assembleia Municipal. -----

-----Após aprovada a presente recomendação, deverá ser dado conhecimento da mesma à Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias da Freguesia do Concelho de Sesimbra, órgãos de comunicação social local e regional.” -----

-----Usou da palavra o **Deputado João Valente** que em nome do GM da CDU propôs que também este documento baixasse à Comissão de Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança. -----

-----Questionado pela Presidente da AMS, o **Deputado Sérgio Faias** clarificou que relativamente à

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Saudação com o título “Mais e melhor transporte público na Área Metropolitana de Lisboa” ficara combinado proceder a alteração e ser votada na sessão, situação que foi confirmada pela Presidente da AMS. Relativamente à Recomendação o Deputado Sérgio Faias referiu que o documento incluía uma referência à Comissão 6 no sentido de poder acompanhar e ter intervenção no estudo que era proposto. A pertinência da votação da proposta prendia-se com os tempos porque se sabia que a AMS teria de deliberar sobre a integração, ou não, na estrutura que estava a ser pensada e desenvolvida. Na perspetiva do GM do PS a melhor forma de defender a posição da população de Sesimbra era que houvesse um estudo que indicasse quais eram as necessidades, para que a própria CMS, num momento de negociação, estivesse munida com toda a informação que lhe permitisse ir para a mesa de negociação defender a população do Concelho com todos os dados possíveis. -----

-----Um estudo, um inquérito, algo que permitisse disponibilizar mais um conjunto de dados para que essa negociação se pudesse fazer com a maior clareza e robustez, daí que o GM do PS considerasse que seria oportuno aprovar a Recomendação.-----

-----Tomando o uso da palavra o **Presidente da CMS** disse que não lhe competia fazer apreciações sobre os documentos do PAOD, no entanto queria prestar os seguintes esclarecimentos: o estudo estava a ser feito há já algum tempo. Estava a ser feito e coordenado pelo Grupo de Trabalho Metropolitano de Mobilidade e Transportes que era constituído por um conjunto de técnicos e de assessorias técnicas na matéria. O INE fora a entidade responsável por fazer o inquérito à mobilidade no ano de 2017 para fornecer os dados às 2 Áreas Metropolitanas com todos os municípios e neste momento o cenário estava traçado, portanto ser aprovada ou não, a Recomendação seria, na sua opinião, extemporânea. -----

-----O Município de Sesimbra como os restantes 17 Municípios, retirando Cascais, tinham a perfeita noção do cenário base quer pelo estudo do Grupo de Trabalho Metropolitano, quer pelo inquérito do INE e não só, mas dependia da questão do financiamento disponível. Relativamente ao concurso, havia o compromisso de trazer às assembleias municipais dos 17 municípios a deliberação da assinatura do contrato interadministrativo de delegação de competências para a AML no pressuposto de que, na pior das hipóteses, entre final de janeiro e princípio de fevereiro de 2019, fosse lançado o concurso e aí teria de haver uma base sustentável do ponto de vista daquilo que seria o cenário e daquilo que seria o financiamento que tinha obrigado a alguma negociação com o governo e ainda não tinha fumo branco. -

-----O custo que ia a concurso era estimado por quilómetro. Era retirado àquilo que eram os critérios definidos na lei e aumentar quilómetros àquilo que eram as frequências e as carreiras necessárias municipais e intermunicipais porque não fazia Sesimbra ter uma carreira para Mafra de manhã e uma de

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

regresso à noite e vice-versa, fazia sim sentido que a rede tivesse a circulação mesmo que se tivesse de fazer 2 ou 3 transbordos para chegar até Mafra pelo valor de 40 euros. O resultado da retirada desses quilómetros em todos os municípios serviria exatamente para reforçar a rede municipal e os circuitos mais internos, sobretudo aqueles de maior frequência com base no próprio estudo. Tudo dependia do financiamento.-----

-----O que estava claro era que o concurso teria de estar pronto em novembro de 2019 porque a partir do dia 1 de janeiro de 2020 seria o novo operador que começaria a operar na AML em termos de transporte rodoviário. Se o Município de Sesimbra ou outro qualquer entendesse a partir daí no prazo de 7 anos, que era o que estava definido, que era necessário mais uma, duas ou três carreiras para um ou mais circuitos, seria complicado.-----

-----Disse que uma coisa era mudar a frequência de horários que era um problema que Sesimbra tinha sobretudo por causa dos transportes escolares. O transporte público era diferente dos outros todos. Enquanto nos outros o transporte escolar era entroncado no transporte público, aqui era o transporte público que era entroncado nos transportes escolares, que era o que estava a financiar o transporte público aqui no Concelho. Portanto se houvesse uma alteração da frequência ou do horário da frequência não era grave, em função de determinado horário escolar, o que seria grave era se o Município tivesse que colocar mais uma carreira ou duas ou três, que seria totalmente pago pelo Município de Sesimbra.-----

-----Acrescentou ainda que dos números que a AML tinha ainda não estava tudo desagregado. O Município de Sesimbra neste momento pagava cerca de 600 mil euros em transportes escolares e iria ter 1 milhão de euros na operação, para a qual ainda se desconhecia a comparticipação do Estado. Daquilo que a CMS estimava, dos 600 mil euros que hoje o Município pagava de transportes escolares provavelmente conseguiria reduzir 300 a 400 mil, mais ainda, ficava com o encargo de 200 a 300 mil euros.-- -----

-----O que Sesimbra iria gastar com a operação de transportes incluindo os transportes escolares andaria sempre na ordem de 1 milhão e 300 mil euros em números redondos. -----

-----**O Deputado João Valente** agradeceu as explicações dadas pelo Presidente da CMS e reiterou que se o estudo estava feito, a AMS não devia recomendar que ele voltasse a ser feito, por isso o GM da CDU sugeria que o documento baixasse à Comissão 6. -----

-----**A Presidente da AMS** lembrou que se o proponente do documento não concordasse que o mesmo baixasse à Comissão, ele teria de ser votado. -----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Deputado Sérgio Faias** agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Presidente da CMS e referiu que surgira uma dúvida com um dado novo, que era a definição do preço limite que até ao momento não existia, o que poderia induzir uma alteração dos hábitos de mobilidade dos cidadãos do Concelho. Seria necessário perceber se tinha sido feita uma análise de sensibilidade relativamente ao preço, para se perceber quais eram os comportamentos e a diferença de comportamentos nos hábitos de mobilidade das pessoas quando confrontadas com uma redução de preços e com uma acumulação de redução de preços das famílias com o limite imposto de 80 euros independentemente do número de pessoas que iriam beneficiar desses passes sociais, e o limite de 40 euros por pessoa. -----

-----Eram dados novos e seria importante saber se o estudo os tinha tido em conta, bem como a análise de sensibilidade. Se não tivesse tido em conta o GM do PS estava recetivo a que fosse feito um ajuste no sentido de integrar que poderia ser um reforço do estudo existente sobre a análise de sensibilidade à variação dos preços impostos. -----

-----**A Presidente da AMS** solicitou que o Presidente da CMS pudesse esclarecer o Deputado Sérgio Faias. -- -----

-----Usando da palavra **o Presidente da CMS** disse que a perceção que os 18 municípios da AML tinham com base no estudo, fora uma redução do valor do passe, e não apenas a operação do ponto de vista da rede e do material circulante. Desde que iniciara funções como Presidente da CMS e era uma matéria que já vinha detrás, até se falava que o ótimo seria 30 euros em todos, fosse municipal ou intermunicipal. Todos os estudos haviam sido feitos na base de uma redução do valor do passe sendo que só era garantido se houvesse uma comparticipação dos 65 milhões anuais por parte da Administração Central. Era nesse pressuposto que o estudo estava a ser elaborado incluindo com a previsão do aumento da frequência dos transportes públicos. -----

----- Adiantou que a operação em si era a partir de janeiro de 2020, entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2019, era uma mera operação, onde, com os atuais operadores, fossem públicos ou privados, o estado e uma comparticipação dos municípios, iriam compensar os operadores por aquilo que era a redução dos passes. Acrescentou que ainda não havia acordo com todos os operadores dos transportes não rodoviários – ferroviários e fluviais. Os transportes rodoviários iria ser uma operação que a partir de 1 de janeiro de 2020 seria da AML que era a única entidade gestora. Neste momento ainda não se chegara a acordo com todos os operadores, nomeadamente a FERTAGUS, relativamente às compensações necessárias (65 milhões) que estavam estimadas e calculadas com base no grupo de trabalho de mobilidade e transportes da AML. Não havia garantia mas poderia haver obrigação se fosse através de

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

iniciativa legislativa. A FERTAGUS colocava algumas reservas também do ponto de vista do investimento que teria de ter em função da previsão do uso do próprio transporte ferroviário nomeadamente a travessia do Tejo.-----

-----Não haveria margem para fazer mais estudos porque daqui a 2 meses teriam de ter o cenário fechado e dependia do financiamento que tivesse, ou não tivesse, existirem mais ou menos carreiras e frequências. O pressuposto e o que fora estabilizado de forma consciente com base nos tais 32 milhões, que era uma comparticipação de igual forma e nos mesmos montantes dos Municípios para a operação, e se houvesse a comparticipação do Estado era garantido o aumento da rede que nalguns municípios chegava a 30%, noutros chegava a 20%, mas a média seria cerca de 25% do aumento da oferta em termos de rede com o benefício do material circulante novo. -----

-----Não havia uma margem para fazer estudo mas podia haver daqui a 7 anos se a Recomendação fosse no sentido, não da operação a iniciar em 2020, mas sim num horizonte de um futuro concurso. ----

-----Usando da palavra, **o Deputado Sérgio Faias** respondeu que considerando a resposta, o GM do PS concordava que o documento baixasse à Comissão 6, solicitando desde já que alguns dados do estudo pudessem ser disponibilizados à Comissão para que se pudesse perceber o que é que estava a ser feito e de que forma é que iria afetar o Concelho.-----

-----Não havendo mais intervenções, **a AMS deliberou por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, baixar a Recomendação com o título “Estudo sobre necessidades de mobilidade em Sesimbra”, à Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança.**-----

-----Prosseguindo os trabalhos **a Presidente da AMS** retomou o debate da Saudação “Mais e melhor transporte público na Área Metropolitana de Lisboa” do GM do PS que entretanto recebera contributos de outros Grupos Municipais pelo que cedeu o uso da palavra ao Deputado Sérgio Faias para dar conhecimento da redação final:-----

-----**O Deputado Sérgio Faias** disse que na sequência de conversas e em particular com o GM da CDU, tinha-se chegado a uma redação com a qual concordava e julgava que com aquelas alterações o documento estava em condições de ser votado. O teor da redação final da Saudação é o seguinte:-----

-----*“A mobilidade urbana é um dos principais desafios para as sociedades contemporâneas. Nos últimos anos, o modelo de desenvolvimento urbano associado a um subinvestimento em transporte público conduziu a uma situação de forte dependência do transporte individual.*-----

-----*As implicações são evidentes e são bem negativas na qualidade de vida dos cidadãos a nível ambiental, na diminuição da competitividade do território, na balança externa do país, bem como na*

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

promoção de injustiça social, na medida em que são as classes mais baixas que mais sofrem com os preços elevados dos transportes públicos.-----

-----Assim, torna-se imperativo desenvolver uma política de transportes que privilegie o transporte público coletivo, os modos partilhados, a maior eficiência energética e a adoção de energias limpas, com vista, tanto à redução do uso do veículo próprio, como à promoção da descarbonização.-----

-----No pretérito dia 17 de outubro, a Área Metropolitana de Lisboa e os 18 municípios que a integram, assumiram um conjunto de compromissos que são um marco para a melhoria dos transportes e da mobilidade dos cidadãos na região. Com o objetivo de disponibilizar uma plataforma de bilhética comum a todos os operadores de transportes e a criação de um sistema de bilhética único dos municípios, a comissão executiva da Área Metropolitana de Lisboa foi mandatada para a criação de uma empresa local (metropolitana); foi ainda aprovada a utilização de uma marca única e exclusiva para todos os serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal e intermunicipal da AML.

-----Ainda no mesmo dia, por parte dos municípios, tendo em consideração a necessidade de cofinanciamento do sistema de transporte, foi assumida a participação de cerca de 31.225.000 de euros.-----

-----Todas estas medidas permitirão, com um sistema de bilhética único, circular dentro dos municípios a um valor máximo de 30 euros e dentro da Área Metropolitana de Lisboa a um custo de 40 euros, com um limite de 80 euros por família. Esta medida será participada e inscrita no Orçamento do Estado para o ano de 2019.-----

-----Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra delibera:-----

-----1-Congratular o XXI Governo da República pela inscrição na proposta do Orçamento de Estado para 2019 da medida que visa participar financeiramente as compensações ao operador, por forma a garantir o passe único a custos reduzidos;-----

-----2-Congratular o Conselho Metropolitano de Lisboa pela criação da empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa;-----

-----3-Congratular o município de Sesimbra pelo esforço financeiro com o objetivo de garantir a oferta de Transporte Público na Área Metropolitana de Lisboa;-----

-----4-Reiterar ao Governo a necessidade da existência de um mecanismo financeiro proveniente do Orçamento do Estado para assegurar que Área Metropolitana de Lisboa garanta a operação em termos de reforço da rede e melhoria do material circulante.-----

-----Dar conhecimento da Saudação ao Conselho Metropolitano de Lisboa, à Câmara Municipal de

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra, Juntas e Assembleias da Freguesia do Concelho de Sesimbra, órgãos de comunicação social local e regional. -----

-----Submetida à **votação a Saudação foi aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (12 CDU, 7 PS, 2 MSU e 1 BE) e 2 votos contra do PPD/PSD** que prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“O PPD/PSD não pode congratular um governo que não foi eleito democraticamente em urna”.--

-----Terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia” a **Presidente da AMS** informou que não fora rececionado qualquer pedido de inscrição para intervenção no Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos. -----

-----Assim sendo declarou aberto o Período da Ordem do Dia começando o debate e apreciação do ponto 1 da Ponto da Ordem de Trabalhos: Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da taxa a aplicar em 2018, a cobrar em 2019-----

-----Informou depois que este processo, juntamente com os restantes assuntos constantes da Ordem do Dia - Imposto Municipal sobre Rendimento das Pessoas Singulares’2019 (IRS) – Fixação da taxa; Lançamento de derrama sobre a coleta do IRC’2018, a cobrar em 2019; Taxa Municipal de Direitos de Passagem’2019 – Fixação - tinham sido apreciados na reunião da Comissão de Administração e Finanças Autárquicas, da qual era Coordenador o Deputado João Rodrigues, que reunira no dia 13 de novembro, na qual também participara o Vereador José Polido para esclarecer todas as dúvidas. A ata da reunião após a leitura do Coordenador e do Vereador José Polido fora colocada na PAMS. -----

----- Cedido o uso da palavra ao Coordenador da Comissão de Administração e Finanças Autárquicas, **Deputado João Rodrigues**, este iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Vereador e o enquadramento da posição que o executivo tinha em todos os pontos e qual era a perspetiva que o levava a tomar aquelas posições. -----

-----Usou da palavra o **Deputado João Pólvora** que cumprimentou todos os presentes. Disse depois que como era residente na Freguesia de Santiago focar-se-ia na sua Freguesia e o que notava na proposta era que uma vez mais não via a preocupação de combater a desertificação da Vila de Sesimbra. A população envelhecia e não se procurava através das diversas formas de enquadramento fiscal que já permitiam, combater a desertificação. Questionava o executivo se a preocupação existia, se existia algum tipo de medida a ser feita naquela área, perguntando por que não uma opção de âmbito fiscal similar à que muitas Câmaras deste país estavam a fazer. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse que já era conhecida a posição do MSU sobre estes temas. Atualizando os dados que apresentara em anteriores assembleias onde se

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

discutira estes pontos, a sua referência base era por um lado o ano em que se contrairia o empréstimo no âmbito do PAEL, e também o esforço que fora pedido aos cidadãos deste concelho, nomeadamente pela manutenção da taxa, e era verdade que a taxa se mantivera, mas as atualizações dos imóveis levava uma receita superior. Era com base naquilo que queria dizer que em relação ao seu ano base, neste momento, o Município arrecadava uma receita adicional de 5 milhões de euros que tinha um impacto significativo porque aquele aumento representava 55% a mais do valor que era cobrado em 2011. -----

-----Aqueles acréscimos ao longo dos anos implicavam uma entrada adicional nos cofres da autarquia de mais de 18 milhões de euros. Sabia-se que existiam alguns desajustamentos nas transferências da administração central em relação ao concelho de Sesimbra relativamente a outros concelhos mas achava que era aí que se devia discutir e reclamar e não argumentando sempre que não podia baixar a taxa do IMI porque tinha os custos que tinha, porque também era verdade que os outros concelhos tinham custos. -----

-----Na sua opinião seria um sinal para os cidadãos do Concelho haver uma redução, mesmo que não fosse significativa, mas pelo menos um agradecimento do esforço que fora feito nos últimos anos e que se manteria nos anos seguintes porque o acréscimo dos 5 milhões de euros manter-se-ia nos próximos anos. Com o argumento apresentado de que o PAEL não permitia alteração das taxas o Deputado disse que o PAEL terminava em 2026 e provavelmente continuar-se-ia a argumentar que não haveria redução da taxa porque o PAEL não permitia. Era um argumento defensável mas existiam formas de ultrapassar, nomeadamente através da reconversão do empréstimo noutro tipo de empréstimo de forma a que fosse possível haver um ajustamento até porque existiam concelhos, Alandroal, Mourão e Vila Nova de Poiares que mantinham as taxas porque aderiram ao PAEL, mas Celorico da Beira tinha aderido ao PAEL e tinha reduzido a taxa de 0,5 para 0,4. -----

-----O argumento apresentado pelo executivo era que o Concelho de Sesimbra tinha características específicas, no entanto cada um tinha as suas especificidades, e existindo 308 concelhos em que metade aplicava a taxa mínima de 0,3, então se eles conseguiam perguntava porque é que Sesimbra não conseguiria. -----

-----Sesimbra estava no topo de quem mais cobrava de taxa. Só 10% dos concelhos tinham taxas superiores à de Sesimbra e 9,7% com taxa igual, ou seja 80% dos concelhos do País tinham uma taxa inferior. -----

-----Com o argumento dos encargos e custos nunca se baixariam impostos. A carga fiscal era o volume daquilo que se pagava de impostos sobre o rendimento. No caso do PAEL, se se mantivesse até 2026,

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

poder-se-ia correr o risco de ser o Concelho onde se cobrava a taxa mais alta do país. No ano passado 22 concelhos tinham baixado a taxa.-----

-----O GM do MSU compreendia os argumentos que o executivo apresentava mas numa análise comparativa a nível nacional não podia compreender nem aceitar, porque estava desajustada de uma realidade nacional e Sesimbra mantinha sempre a mesma taxa sabendo o esforço que era pedido aos cidadãos do concelho. Outro argumento referido sistematicamente era que não se podia diferenciar quem tinha habitação própria e permanente e quem tinha 2.ª habitação mas ele não acreditava que quem tinha 2 habitações era rico em Portugal. Muitas pessoas tinham 2.ª habitação e tinham pedido empréstimo e não se achavam ricas.-----

-----Concluiu dizendo que o fundamental na análise era por um lado saber que era evidente que se o Município em vez de receber 5 recebia 10 milhões teria onde aplicar porque o que não faltava era investimento para realizar, mas com aquele argumento nunca mais reduziria a carga sobre os cidadãos do Concelho.-----

-----Tomou em seguida da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse que o PSD faria a sua intervenção de fundo aquando da leitura pormenorizada da Declaração de Voto, no entanto colocava a seguinte pergunta ao executivo: -----

-----Sabendo que existiam municípios que não pagavam a tempo e horas os impostos que eram receitas próprias da CMS e que a autoridade tributária cobrava as multas que era receita deles, no entanto os juros eram receitas dos Municípios, perguntava qual o montante dos juros recebido da autoridade tributária relativamente aos impostos que não eram pagos em devido tempo. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado José Braga** que cumprimentou os presentes e passou a apresentar a sua intervenção. -----

-----*“Os eleitos da CDU estão de acordo com a proposta apresentada pela CMS em manter as taxas e percentagens dos impostos que estavam em discussão. Sustentamos e fundamentos a nossa posição tendo em consideração os seguintes factos: A despesa da autarquia ia aumentar em 2019. O empréstimo ao abrigo do PAEL e a participação no Fundo de Apoio Municipal eram para cumprir. Os compromissos assumidos com o Estado, nomeadamente, o protocolo estabelecido para a construção do novo Centro de Saúde, do novo Tribunal, da escola Navegador Rodrigues Soromenho, eram para cumprir, honrar. -----*

-----*Os vários investimentos no âmbito do Portugal 2020 eram para cumprir, honrar. -----*

-----*Os investimentos já assumidos e outros previstos, com os custos a serem suportados*

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

integralmente pela autarquia eram para cumprir, honrar.-----

-----O custo com o novo passe social, despesa não prevista, cerca de 1 milhão de euros, a suportar pelo município.-----

-----A reposição remuneratória dos trabalhadores do Município, a opção gestionária, o previsível aumento de salários da função pública. A recolocação profissional dos trabalhadores que estavam efetivamente a desempenhar uma função mas que não recebiam de acordo. Referir que em 2019 se irá verificar um aumento dos custos com os trabalhadores da autarquia, já para não falar nos vários encargos de obrigações legais atribuídos ao Município. -----

-----Como era do conhecimento dos Deputados, a comparticipação do poder central para o Município de Sesimbra através do OE, os valores transferidos eram insignificantes, para não dizer miseráveis, particularmente o FEF, face ao volume de despesa que a autarquia de Sesimbra iria suportar.-----

-----Face ao atrás referido dizer que efetivamente o Município estava muito dependente de receita própria, particularmente de impostos, nomeadamente o IMI e IRS, os quais no seu conjunto, representavam uma grande fatia no total dos impostos. -----

-----A nossa opção é clara e transparente. Defendemos o atual equilíbrio financeiro e a sustentabilidade da dívida da autarquia. Defendemos que os compromissos assumidos são para cumprir, honrando-os. -----

-----Baixar impostos seria a opção mais fácil, mas seria a mais indicada? Não temos dúvidas que se a autarquia abdicasse de parte importante desta receita tal opção colocaria em causa a concretização de alguns investimentos em áreas que deles careciam, existindo uma grande necessidade dos mesmos, sendo estes fundamentais para o desenvolvimento do concelho, contribuindo desta forma para a melhoria das condições de vida da população do nosso concelho. -----

-----O presente e o futuro do nosso concelho não pode nem deve ser colocado em causa. Quem tem de decidir se é possível ou não baixar impostos tem que ter em consideração a linha que separa a tomada de uma decisão responsável da decisão irresponsável, e suas consequências. As várias explicações e argumentos apresentados pela CMS até podem ser justos compreensíveis, válidos e responsáveis, mas de nada servirão para aqueles grupos políticos que já decidiram o seu sentido de voto. -----

-----A proposta da CMS é de não aumentar nem baixar impostos. Alguns grupos políticos vão votar contra. Se a proposta fosse para aumentar esses impostos também votariam contra, e se a proposta fosse para baixar os impostos, alguns votariam contra, utilizando nos 3 casos os argumentos que já conhecemos, ou seja que é possível baixar os impostos, que é necessário dar um sinal às famílias, etc., etc. -----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Aos Deputados que defendem a redução dos impostos em discussão, lançamos um desafio: relativamente a IMI digam-nos qual é o valor da taxa que pretendem aplicar. No caso do IRS qual é a percentagem variável que pretendem implementar. A seguir digam-nos onde vão obter receita para compensar a perda da mesma com a redução destes impostos, a não ser que a vossa opção passe pelo aumento da dívida da autarquia. Assumam! Digam sim ou não! Ou será que a vossa opção passa pelo cancelamento de alguns investimentos ou pelo não cumprimento de alguns compromissos. Não basta afirmar que é possível baixar os impostos, é fundamental que o digam como fariam. É este desafio que vos lançamos. -----

-----É importante conhecermos as propostas e opções de cada força política relativamente a esta matéria com toda a clareza, sem subterfúgios ou manobras de esconderijo.”-----

-----Prosseguiu dizendo relativamente à intervenção do Deputado João Rodrigues que apenas abordara a questão da receita, sendo que o total da despesa não estava quantificado, mas questionava a redução da dívida, os investimentos para a melhoria das condições de vida. Jamais se atingiria a plenitude da satisfação da população mas tinham sido gastos muitos milhões de euros.-----

----- Usou em seguida da palavra o **Deputado José Guerra** que disse que há anos que o BE vinha propondo a redução das taxas e dos impostos. O equilíbrio orçamental que a autarquia conseguira ao longo dos últimos anos devia servir para abreviar os orçamentos familiares dos sesimbrenses. Assim conseguiria com maior facilidade que novos habitantes viessem povoar zonas que estavam despovoadas.

-----Tomando o uso da palavra o **Presidente da CMS** perguntou se existiam eleitos locais que não tinham intenção de baixar impostos. Todos tinham interesse em desonerar os munícipes. Podia ser de uma forma mais ou menos demagógica, porque o sinal era meramente demagógico e político, e existia a forma de quem tinha a responsabilidade de gerir e perceber as necessidades efetivas do Concelho.-----

-----O IMI mantinha-se no mesmo valor de 0,4%. Não estava na taxa máxima e tinha implementado o IMI familiar. O IMI era o imposto que do ponto de vista social era o mais injusto que existia no País. Não existia mais nenhuma progressividade social. A não ser as isenções automáticas abaixo dos 600 euros. Um agregado familiar que recebesse de rendimento per capita 650, que tivesse uma habitação que custava 150 mil euros pagava exatamente o mesmo imposto que um agregado familiar que tivesse 10.000 euros de rendimento mensal per capita.-----

-----Também era verdade e não tinha a ver com as especificidades de Sesimbra, mas também, que existia um paradigma que tinha 12 anos que alterara o conceito de participação das autarquias nos impostos do Estado e Sesimbra sofrera por 2 razões, em relegar para as autarquias a arrecadação da

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

receita proveniente daquilo que eram os impostos locais, por um lado, e por outro, ao nível das taxas e tarifas, com a obrigatoriedade de ter os custos de recuperação previsto nas águas, saneamento e resíduos.-----

-----O Município de Sesimbra, falando do IMI, tinha uma média de 14 milhões de euros de receita. A perspectiva que se tinha era que este ano poderia não haver aumento relativamente ao ano anterior. Daquilo que eram hoje os dados da receita do IMI não existia alteração. Existia uma receita que iria acontecer, que era volátil, e dependia das conjunturas que o Município provavelmente iria ultrapassar o estimado, que era o IMT.-----

-----A opção de aplicar o IMI familiar fora por um mero princípio, era a única ferramenta disponível no código do CIMI que os municípios tinham para poder beneficiar os residentes de 1.ª habitação.-----

-----Se o Município reduzisse de 0,4 para 0,395, o Município perderia 200.000 euros. Era público que entre 50 a 60% de receita global do IMI era proveniente da 2.ª habitação. O IMI familiar que era só aplicado aos munícipes do Concelho, e estava a falar de reduções muito superiores, e mais uma vez se falava de injustiça porque existiam os casais separados, quem vivia sozinho e não tinha descendentes, do que seria reduzir a taxa de 0,4 para 0,395, e o peso daquela redução estava estimada em cerca de 160.000 euros, o que provava a grande incidência de património de 2.ª habitação.-----

-----Era provável que o Município passasse provavelmente em Abril, com um saldo orçamental, um saldo de gerência com que talvez nunca tivesse tido, porque um conjunto significativo de investimentos que estavam previstos iniciar este ano estavam compromissados e infelizmente não tinham sido iniciados em 2018, cerca de 5 milhões de euros.-----

----- Nos próximos 4 ou 5 anos o Município de Sesimbra teria o maior ciclo de investimento, nomeadamente, o Auditório da Quinta do Conde que tinha sido retirado da escola e estava projetado para outro local com maior envolvimento financeiro de cerca de 1.300.000, o Pavilhão Multiusos que dependia da posse de alguns terrenos com 1.200.000 euros, a construção da nova escola, 1.800.000 euros, o novo canil com cerca de 500.000 euros, as intervenções do PAMUS, dos passeios de mobilidade em todo o Concelho que eram mais de 3 milhões de euros, a intervenção na Quinta do Conde dos passeios e rede circulável que estava orçamentado em cerca de 1.000.000 de euros, a ampliação e recuperação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, que só a 1.ª fase era 2.200.000 de euros e garantidamente com a realização total, a CMS iria ultrapassar aquilo que tinha participado de 3.000.000 de euros. As obras dos arranjos exteriores do novo tribunal de Sesimbra que estavam estimadas em 500.000 euros, a construção do novo edifício de habitação social no Largo 2 de abril e a

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

requalificação da Mata da Vila Amália, no conjunto custava 3.000.000 de euros, a construção do estacionamento e arranjos exteriores da ala sul do Cabo Espichel, mais 1.700.000 euros, o Centro de Saúde de Sesimbra que se sabia tinha um custo de 1.400.000 euros e que o Município teria uma comparticipação de 1.000.000 de euros. A reabilitação da Capela de S. Sebastião que estava estimada em 600.000 euros. -----

-----Eram situações que a CMS realizava ou a candidatura desaparecia, sendo que a sua opção fora realizar. Também continuava com o investimento de quase 2.000.000 euros a fechar a rede de saneamento da Freguesia do Castelo. -----

-----A CMS recebia reclamações diárias relativas à estrada para o Cabo Espichel, da população da Azoia, mas estava-se a falar de um investimento de quase 2.000.000 euros, numa zona difícil, cujo rácio da população por investimento era enorme, mais 500.000 de euros para substituição da rede de distribuição de água com reforço da rede de adução e captação de água para o Concelho com modernização. -----

-----A alavancagem das obras das Augis que estavam previstas no próximo ano e que se estimavam nos próximos anos serem de um universo de 2.000.000 euros, mas que também se perspetivava ter a receita proveniente porque elas estavam mais paradas porque as pessoas não viam lá obra e se a CMS não alavancasse não se avançaria com a requalificação urbanística daquelas zonas fossem elas do Casal do Sapo, Fontainhas, Courelas da Brava ou as que faltavam da Lagoa de Albufeira. -----

-----A CMS iria continuar com o programa de pavimentações porque existia uma rede viável terrível e estava estimado mais quase 1.000.000 euros no próximo ano.-----

-----Estava a falar num investimento em 4, 5 anos na ordem dos 30 milhões de euros. O Município, tirando aquilo que eram as despesas com a estrutura e aquilo que eram as despesas de capital também com a própria estrutura, tinha disponível para investimento por ano entre 5 e 8 milhões de euros porque também tinha as comparticipações de um conjunto de investimentos, portanto bastava fazer contas.----

----- A CMS podia dar um sinal de 200.000 euros e a CDU entraria com uma bandeira de ter reduzido 0,05 por ano, mas perguntava o que é que representaria para o erário público e o que é que representava para as pessoas que queriam ver investimento. -----

-----Acrescido a isto, em termos de recursos humanos, as novas contratações de assistentes operacionais, muitas vezes referidas na AMS no que respeitava à limpeza e higiene urbana, as alterações das disposições remuneratórias, as situações com a nova estrutura orgânica que pretendia que houvesse mais eficácia, eficiência e celeridade processual e obrigatoriamente mais responsabilidade na CMS com as

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

respetivas coordenações, e ainda as situações de mobilidade. -----

-----Em termos de recursos humanos haveria no próximo ano um aumento na ordem do 1.000.000 a 1.200.000 milhões de euros, para além da assunção do compromisso de pagar durante 8 anos 1.000.000 de euros por ano para os transportes, situação que não estava prevista e não existia nenhuma receita extraordinária do Estado. -----

-----Mantendo a dinâmica que a CMS tinha de um destino turístico, cultural, e de aposta na educação que era reconhecida na AML e no País, e a aposta na ação social, tudo tinha custo.-----

-----A Derrama representava 200 ou 300 mil euros para o Município. -----

-----Provavelmente existiria falta de informação, mas a uma empresa que se fixasse no Concelho e que criasse um posto de trabalho, era cedida uma isenção de derrama por 3 anos. Uma empresa que fosse sediada teria a mesma isenção se criasse um posto de trabalho. O que a CMS queria era a criação de emprego e que a economia local tivesse a alavancagem e fixasse os jovens. -----

-----A CMS não tinha ferramentas. A receita fiscal a nível nacional não descera, tinha era havido uma alteração de incidência fiscal, deixara de ser sobre o rendimento das famílias, e bem, e aí estava a defender claramente o Governo. -----

-----A CMS com base no novo OE teria a possibilidade de aplicar a contribuição da proteção civil e era sobre o valor patrimonial. Teria que resultar dessa contribuição 80% do valor que o Município investia na área de proteção civil incluindo as transferências para as associações de bombeiros, perguntando aos Deputados quanto importava para a CMS o investimento na proteção civil, que era quase 1.000.000 de euros se se contabilizasse também as transferências para a associação dos bombeiros. -----

-----Para o Município de Sesimbra não custava baixar a taxa do IMI para 0,39 e aplicar a contribuição de Proteção Civil que era sobre o valor patrimonial.-----

-----Quando o Deputado João Pólvora colocava a observação sobre a desertificação da Vila de Sesimbra começava por perguntar qual seria a proposta, se fosse para baixar o IMI beneficiaria as 3 freguesias e em Sesimbra era onde existia maior impacto de residência de 2.ª habitação. -----

-----Sesimbra não conseguia controlar o mercado imobiliário. A CMS não conseguia. Mas estava a fazer o que estava ao seu alcance para contrariar. Era na Vila de Sesimbra que o Município mais investia naquilo que era a sua responsabilidade, entre aspas, na habitação social e habitação a custos controlados, e era onde iria investir quase 2 milhões de euros num edifício de habitação social no Largo 2 de Abril, que sairia muito mais fácil na freguesia da Quinta do Conde ou do Castelo. -----

-----Na Operação de Reabilitação Urbana, os critérios eram exatamente para fundamentar, dentro da

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

possibilidade, tipologias de habitações que privilegiassem a permanência e fixação de população, e não do ponto de vista da especulação nomeadamente para o turismo, com isenção de IMI durante 5 anos e isenção quase até à totalidade de taxas.-----

-----Não se podia inviabilizar a 2.ª habitação, até porque era importante para a economia do Concelho, mas em rigor, naquilo que eram as transferências da Administração Central, incluindo a participação do IRS que estava nas transferências dos 5 milhões, e naquilo que era o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), não contava a 2.ª habitação. Nas transferências do Estado, o Município de Sesimbra era prejudicado por 2 razões, 1.ª porque estava congelado há 10 anos e até tinha havido redução nalguns anos, e 2.ª porque o Município de Sesimbra fora um dos que mais crescera em densidade populacional. A Freguesia da Quinta do Conde por via do Fundo de Financiamento de Freguesias (FFF) era a freguesia que mais perdera nos últimos 10 anos. Tinha direito a 300 mil euros e recebia 100 ou 120 mil euros com a aplicação direta do FFF, e daqui a 40 anos, com a atual lei é que iria recuperar os 300 mil se entretanto não fosse cortado.-----

----- Portanto não fazia sentido não onerar a 2.ª habitação na taxa de 0,4.-----

-----Relativamente à observação do Deputado João Rodrigues respondeu que as contas estavam corretíssimas mas devia ver do lado da despesa o aumento que tinha havido, só em pessoal e transporte eram mais 2.000.000 euros.-----

-----Sobre a intervenção do Deputado Lobo da Silva disse que fora no 1.º ano do mandato do Governo do PS que por decisão do Ministro da altura, que tinha a tutela da administração local, e que ainda hoje tinha, que a autoridade tributária devolvera aos municípios o montante respeitante àquilo que eram os juros de 10 anos que haviam ficado na sua posse, isto em 2017, e só no Município de Sesimbra fora quase 1.000.000 de euros, portanto fora devolvido e neste momento estava a ser liquidado. Os juros eram transferidos com as transferências mensais.-----

-----Disse também que neste momento as dívidas de 4 impostos, IMI, IMT, IUC e Contribuição Autárquica, ao Município de Sesimbra, eram 4.000.000 de euros, do qual, mais de 3.000.000 correspondiam ao IMI.-----

-----Todos tinham a perceção que se o Município de Sesimbra tomasse a opção de baixar a taxa, decerto não a iria aumentar no ano seguinte. Vinha sendo seguida uma trajetória portanto havia que reconhecer a seriedade que a CMS colocava.-----

-----Terminou dizendo que em 2021, se não houvesse alteração legislativa, o pacote da descentralização e responsabilidades viria todo para o Município de Sesimbra.-----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Cedido o uso da palavra ao **Vereador José Polido** este iniciou por dizer que a ata da reunião da Comissão 5 realizada no dia 13 de novembro, em que ele participara, referia precisamente que o Município de Sesimbra gostaria de poder reduzir todos os valores mas tal não era possível de momento.

-----Continuou depois dizendo que a Autoridade Tributária devia à Autarquia em IMI 3.100.000 euros, em IUC 1.400.000, no IMT 270.000 e na Derrama 45.000 euros.-----

-----Respondendo ao Deputado João Pólvora acrescentou à explicação do Presidente da CMS que o IVA das empreitadas na Vila de Sesimbra era de 6% em vez de ser 23%, o que era mais um valor para reduzir o custo da habitação na Vila.-----

-----Disse depois que se tivesse uma casa em Sesimbra com valor patrimonial de 100 mil euros, não era reduzindo de 0,4 para 0,39 mas sim de 0,4 para 0,35, ou seja, uma redução de 12,5%. Teria uma poupança anual de 50 euros, dava 4 euros por mês. Essa redução representava, na arrecadação de receita do IMI, 1.723.000 euros.-----

-----A CDU quando entrara para a gestão da autarquia tivera coerência na aplicação das taxas dos impostos municipais. Baixara a taxa do IMI e decidira mantê-la. Outros municípios na região não o tinham feito, no entanto eram exatamente da mesma força política que estava a dizer na AMS que se devia baixar.------

-----Entre o valor de 1.723.000 euros do IMI, o Passe Social, mais outras situações que eram permitidas por lei, como o Presidente da CMS já referenciara, eram cerca de 3.000.000 de euros. Era quanto a política de impostos do Município de Sesimbra colocava nos bolsos das famílias.-----

-----No último anuário dos Municípios da responsabilidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas constava em 9.º lugar o Município de Sesimbra com maior independência financeira face ao Estado. O Município iria receber do OE no próximo ano, 211.000 euros, para investimento, e os 5% do IRS seriam 2.500.000, sendo que a maior fatia ficaria no Orçamento do Estado, que eram 50.000.000 de euros do IRS dos municípios de Sesimbra.-----

-----O que se apregoava na Comunicação Social Nacional era que o Estado tinha dito que iria desonerar as famílias em cerca de mil milhões de euros no IRS mas as famílias iriam pagar mais 15% em taxas e taxinhas, que eram 3 mil milhões.-----

-----A descida da propina, também muito apregoada, iria prejudicar as famílias mais carenciadas segundo o Reitor da Universidade de Lisboa.-----

-----Também as regras da Reforma, e o dito por não dito, tinham sido alteradas.-----

-----O Município de Sesimbra tinha a sua política fiscal, baixara a dívida de 2012 de 32.000.000 de

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

euros para uma dívida, no final de 2018, de 15.000.000 de euros, o que significava que reduzira mais do que o aumento da receita do IMI durante estes anos todos com investimento realizado no Concelho. ----

-----Sobre a receita do IMI o Vereador esclareceu o Deputado João Rodrigues que relativamente a 2018 ainda não estava fechada mas até 2017 tinha sido de 15.685.000 euros que era um valor inferior ao valor da redução da dívida no Município e fizera com que se criasse o espírito de confiança no Município. Atualmente a CMS pagava atempadamente. Não devia aos fornecedores fora dos 30/31 dias de prazo médio. Neste momento a CMS devia cerca de 2.200.000 de euros de dívida de curto prazo. -----

-----A política da gestão da CDU era criar riqueza no Concelho, deixar ficar dinheiro no bolso das famílias e criar um concelho atrativo.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse que quando se falava na redução do endividamento da CMS era verdade, mas também era verdade que era o aumento da receita do IMI, a grande parcela por terem resolvido a dívida e permitira o equilíbrio, e ainda bem, porque ele desde a primeira hora que defendia o equilíbrio. Ao ter sido alcançado julgava que existiam condições para dar um prémio aos cidadãos do Concelho que tinham contribuído ao longo dos anos. -----

-----Depois de ouvir o Presidente ficara preocupado com o risco de na próxima discussão do IMI ir aumentar a taxa porque com o nível de investimentos não chegaria a taxa de 0,4 e qualquer dia passaria a 0,45. - -----

-----Respondendo ao Deputado José Braga disse que era evidente que se a CMS recebesse mais 2 milhões precisaria deles, se recebesse mais 5 ou mais 20 precisaria deles. Naquela ótica, nunca se devolveria rendimento às pessoas. -----

----- Assim como faltava dinheiro no Concelho de Sesimbra também faltava no País inteiro. Por essa lógica nunca baixavam impostos porque precisariam sempre de fazer mais. -----

-----Terminou dizendo que não se conformava que uma Câmara CDU estivesse no topo de uma taxa de IMI. Todos os anos as Câmaras baixavam a taxa, a de Sesimbra corria o risco ser o topo dos topos. Todas as Câmaras tinham necessidade de receita. A sua indignação estava associada à ideia de que não queria ver Sesimbra, autarquia CDU, estar no topo da taxa. -----

-----Tomando o uso da palavra o **Deputado José Braga** respondendo ao Deputado João Rodrigues disse que o Município de Sesimbra não estava no topo porque a taxa máximo era 0,45.-----

-----**O Deputado Paulo Caetano**, referindo-se à intervenção do Vereador José Polido disse que retirar 12,5% à taxa de IMI representava 12,5% de diminuição daquilo que as pessoas pagavam e obviamente representava os mesmos 12,5% na receita do IMI e portanto era um argumento completamente

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

inconclusivo. Claro que o valor inerente de 12,5% sobre um património de 100.000 euros ou sobre a receita total do IMI da CMS era um valor astronomicamente diferente. -----

-----Por outro lado também não conseguiu compreender os argumentos da propina das universidades.-----

-----Tomando o uso da palavra, **o Presidente da CMS** esclareceu que o Município, no quadro da contratualização do PAEL, não tinha obrigação de manter o IMI na taxa como estava porque Sesimbra estava no nível 1 de empréstimos do PAEL que era um empréstimo conjuntural e não um empréstimo estrutural. Os municípios que estavam no nível 2 do PAEL é que eram obrigados a manter a taxa de IMI no máximo, como o caso da Câmara Municipal de Setúbal. Só seria obrigatório manter a taxa máxima do IMI se eventualmente o Município não assumisse o compromisso de pagamento e de falhar as transferências para a amortização do PAEL, porque aí passaria para nível 2. -----

-----Uma situação diferente era existir uma forma legal de amortizar o PAEL, ou seja transformar a dívida do PAEL porque neste momento a taxa comercial era mais baixa do que a taxa do PAEL, mas não havia enquadramento legal. Naquela situação poderia entrar para a capacidade de endividamento e o PAEL não entrava. Disse depois que a receita fiscal global tinha aumentado, e o PCP tinha acompanhado esse aumento através do voto nos sucessivos orçamentos do Estado. No Município não existiam as ferramentas do Estado. A estrutura da receita estava estancada.-----

-----Lisboa tinha uma capacidade de arrecadação de receita e de gerar receita das mais diversas formas que o Município de Sesimbra não tinha. Podiam dizer para estudar a taxa turística sendo que de momento existia uma previsão dada pela Entidade Regional que para o Município de Sesimbra representaria entre 150.000 a 200.000 euros, não contabilizando o alojamento local que era uma área sobre a qual a Entidade Regional não dispunha de números. -----

-----Eram ínfimas as possibilidades de se alterar o impacto da receita fiscal ou alterar a incidência da receita fiscal por outra tipologia de receita fiscal. O Governo tinha essa ferramenta assim como os Municípios de Lisboa, Oeiras, Sintra, Cascais e Porto que eram os Municípios que estavam no topo dos que dependiam menos do OE e tinham maior independência financeira. Alcácer do Sal tinha metade da população do Concelho de Sesimbra e recebia 10.000.000 do OE. Devolvia 2,5% do IRS que correspondia a 189.000 euros. Existiam diferenças substanciais.-----

-----Respondendo depois ao Deputado João Rodrigues disse que a CMS não iria subir a taxa do IMI no próximo ano, a CDU tinha-se comprometido que não subiria os impostos, mas não os podia baixar com o nível de investimento que tinha.-----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Era expetável que com aquele volume de investimento o Município de Sesimbra tivesse que recorrer a empréstimo. Entre a contratualização e aumentar impostos, a opção seria contrair empréstimo por isso é que a CMS estava a reduzir ao máximo o serviço de dívida para ter uma margem maior de capacidade de endividamento. -----

-----A AMS aprovara recomendações à CMS que para além dos investimentos que enumerara, existia um que estava em carteira que tinha a ver com a solução para a instalação dos serviços municipais. Todos sabiam o estado deficitário e o que representava para o erário público a manutenção e os alugueres, mas garantidamente ter-se-ia que recorrer a um empréstimo. Seria um investimento com retorno a longo prazo, quer na eficiência energética, despesas de manutenção, redução das rendas e alugueres, que custavam 400 mil euros por ano. -----

-----Terminando a sua intervenção disse que fora marca do PCP, há 2 anos atrás, a redução da taxa máxima do IMI de 0,5 para 0,45 através de uma proposta no OE. Para o OE para 2019 o PCP estava a propor baixar para 0,4, mas também constava a proposta de aplicação já em 2019 da Lei das Finanças Locais. -----

-----Relativamente ao PAEL a CMS colocara os interesses do Município à frente daquilo que era a posição política e ideológica do PCP sobre o conceito do Programa do PAEL que era uma ingerência do Estado nos municípios, porque no nível 2 eram destacados gestores da Administração Central para dizer o que é se tinha de fazer. -----

-----A gestão da CDU na CMS não podia ser acusada de falta de seriedade e de responsabilidade, assumindo o compromisso que se propusera. -----

-----**O Vereador José Polido** ainda referiu que na AMS se olhava sempre para a receita do município mas nunca se criticavam os impostos que eram pagos para o Estado que investia muito pouco ou quase nada no Concelho de Sesimbra. -----

-----Sobre a alusão às propinas era uma notícia no Jornal de Negócios e ninguém a desmentira. -----

-----Concluindo disse que no âmbito da gestão financeira do Município, o executivo decidira amortizar o empréstimo que tinha contraído com o BEI – Banco Europeu de Investimento, que era o que cobrava a maior taxa de juros dos empréstimos todos que a Autarquia tinha. A entidade europeia que supostamente devia promover o investimento era exatamente a que cobrava a taxa de juro maior, 3,9% , o que era uma contradição. A CMS amortizaria quase 1.000.000 de euros que seriam 857.000 euros mais cerca de 70.000 euros do empréstimo contraído para aquisição de 15 fogos de habitação social a Almoíña. -----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ainda que passar a taxa de 0,4 para 0,395, numa habitação que custava 100 mil euros dava uma poupança de 5 euros anuais e numa de 200.000 euros dava uma poupança de 10 euros anuais. Seria menos de 1 euro por mês, mas nos cofres da autarquia eram umas largas centenas de milhares de euros.

-----Concluídas as intervenções sobre todos os pontos da Ordem do Dia a **Presidente da AMS** colocou à votação as propostas da Câmara Municipal.-----

-----Assim, relativamente ao ponto “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da taxa a aplicar em 2018, a cobrar em 2019”, a Assembleia Municipal de Sesimbra aprovou, sob proposta da Câmara Municipal:-----

-----**Por maioria, com 14 votos a favor (12 CDU e 2 PPD/PSD.CDS-PP) e 10 votos contra (7 PS, 2 MSU e 1 BE):**-----

-----A - Fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis dos prédios urbanos e rústicos nos termos do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI no ano de 2018, a cobrar em 2019, nos seguintes valores respetivamente:-----

-----a) Prédios Rústicos: 0,8%-----

-----b) Revogada-----

-----c) Prédios Urbanos: 0,4%-----

-----**Por maioria, com 16 votos a favor (12 CDU, 2 PPD/PSD.CDS-PP e 2 MSU), 7 votos contra do PS e 1 abstenção do BE.**-----

-----B - para os efeitos fixados no n.º 6 do artigo 112.º do CIMI:-----

-----a) Que a área territorial de incidência do incentivo para combate à desertificação e reabilitação urbana coincida com a do Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra, indicada na planta anexa;-----

-----b) Minorar por um período máximo de cinco anos, as taxas a vigorarem a partir de 2019, para os prédios sitos na área territorial, definida na planta anexa, cujos proprietários comprovem, até 30 de Junho de 2019, ter realizado obras de reabilitação nos últimos seis anos, de acordo com os seguintes critérios:-----

-----i. Recuperação integral do prédio (externa e interna), sem aumento da STP (superfície total de pavimentos) – 30%-----

-----ii. Recuperação geral externa ou recuperação geral das infraestruturas internas sem aumento da STP – 20%-----

-----iii. Recuperação parcial ou recuperação do prédio com aumento da STP-10%-----

-----**Por unanimidade:**-----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----C- Para os efeitos do permitido legalmente no n.º 14 do artigo 112.º do CIMI na atual redação, fixar-se para o ano de 2018 do IMI a cobrar em 2019, a dedução fixa ao IMI familiar de contribuintes com a taxa de 0,4% a fixar nos termos do ponto A, em epígrafe nos seguintes valores:-----

Número de dependentes a cargo do proprietário de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do mesmo, (nos termos previsto no artigo 13.º do Código do IRS) que compõem o agregado familiar respetivo a 31 de Dezembro	Dedução Fixa em euros, conforme aditamento 112.º-A ao CIMI, introduzido pela Lei do OE (seu artigo 161.º) para o ano de 2016.
1	20 euros
2	40 euros
3 ou mais	70 euros

-----De acordo com estimativa a aprovação desta redução implica a diminuição da receita da Autarquia na ordem de 163 000 Euros, valor calculado com base nos dados informados pela AT em 14 de Setembro do corrente ano, referenciados ao ano transato, conforme consta na informação n.º. 15725, de 2/10/2018, do DAF- Gestão Financeira. -----

-----Seguidamente a **Presidente da AMS** colocou à votação a proposta da Câmara Municipal relativa ao ponto “Imposto Municipal sobre Rendimento das Pessoas Singulares’2019 (IRS) – Fixação da taxa” tendo a Assembleia Municipal de Sesimbra aprovado, por maioria, com 16 votos a favor (12 CDU, 2 PPD/PSD.CDS-PP e 2 MSU) e 8 votos contra (7 PS e 1 BE), a fixação da percentagem de participação variável do IRS, a vigorar em 2019, no valor de 5%. -----

-----**A Presidente da AMS** colocou depois à votação a proposta da CMS respeitante ao ponto “Lançamento de derrama sobre a coleta do IRC’2018, a cobrar em 2019” tendo a Assembleia Municipal de Sesimbra aprovado por maioria, com 16 votos a favor (12 CDU, 2 PPD/PSD.CDS-PP e 2 MSU) e 8 votos contra (7 PS e 1 BE): -----

-----1. O lançamento de uma Derrama de 1,5 % sobre o Lucro Tributável Sujeito e não Isento de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) de 2018 a cobrar no ano de 2019; -----

-----2. A isenção da derrama por um período de 3 anos aos sujeitos passivos que instalem a respetiva sede social, assim como aos sujeitos passivos que já tenham a sua sede social no Concelho de Sesimbra e que criem e mantenham postos de trabalho efetivos, durante o mesmo período nos seguintes termos:--

- Microempresas (até 10 trabalhadores) – 1 Posto de Trabalho-----
- Pequenas Empresas (até 50 trabalhadores) – 3 Postos de Trabalho-----
- Médias Empresas (Entre 50 e 250 trabalhadores) – 6 Postos de Trabalho-----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A aludida isenção está conforme os poderes tributários conferidos aos municípios nos termos da alínea d) do artigo 15.º e das isenções e benefícios fiscais do n.º 2 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, tendo em vista fomentar a economia local e promover a criação de emprego atendendo à grave crise de desemprego que continua a grassar.-----

-----A concretização da isenção proposta ficará condicionada à entrega dos elementos comprovativos por parte das empresas que pretendam beneficiar da mesma e da inscrição desta na plataforma da Autoridade Tributária.-----

-----O Grupo Municipal do MSU prestou a seguinte Declaração de Voto respeitante aos pontos 1, 2 e 3 da Ordem do Dia:-----

-----“A Declaração de Voto do MSU vai no sentido da intervenção levada a cabo pelo Deputado João Rodrigues.”-----

-----O Grupo Municipal do PS prestou a seguinte Declaração de Voto respeitante aos pontos 1, 2 e 3 da Ordem do Dia:-----

-----O Grupo Municipal da CDU prestou a seguinte Declaração de Voto respeitante aos pontos 1, 2 e 3 da Ordem do Dia:-----

-----O Grupo Municipal do BE prestou a seguinte Declaração de Voto respeitante aos pontos 1, 2 e 3 da Ordem do Dia:-----

-----Por último a **Presidente da AMS** colocou à votação a proposta da CMS respeitante ao ponto “Taxa Municipal de Direitos de Passagem’2019 – Fixação” tendo a Assembleia Municipal de Sesimbra deliberado por unanimidade, fixar o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2019.-----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD.CDS-PP prestou Declaração de Voto conjunta relativa aos pontos 1, 2, 3 e 4 da Ordem do Dia.-----

-----“É hoje apresentado nesta Assembleia o Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar para o ano 2018 e a cobrar em 2019, a fixação da participação variável do IRS, o Lançamento da Derrama e a Taxa de direitos de passagem.-----

-----Seria fácil para o PPD/PSD ter uma postura demagógica, uma postura do faz de conta, o empurrar com a barriga.-----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Mas nós PPD/PSD assumimos perante o eleitorado um compromisso de trabalho sério, honesto e com sentido de responsabilidade.-----

-----Após esta pequena nota, vamos aos fatos, sim porque esses são inquestionáveis.-----

-----No orçamento de estado que prevê para o Concelho de Sesimbra em 2019 transferências no montante de 5.519.451 €, onde resulta: -----

-----1.990.224 € do FEF Corrente , de 221.136 € de FEF Capital, de 2,553.736 € de IRS. -----

-----Que mais de 52 % do Imóveis estão referenciados como 2ª habitação e que não deixam por isso de ter as condições de fornecimento de água e de saneamento. -----

-----Que o Município tem compromissos assumidos com o PAEL (recordamos instrumento colocado à disposição das autarquias locais pelo anterior governo do PPD/PSD). -----

-----Que o Município tem assumido com estado português a execução de obras cujos custos são partilhados como sendo: -----

-----O Tribunal; O Centro de Saúde de Santiago; A Escola Rodrigues Soromenho.-----

-----Lamentamos que neste rol de novos investimentos não possamos referenciar a Escola Secundária da Quinta do Conde, o Novo Centro de saúde da Quinta do Conde, o Lar da 3ª Idade do Centro Comunitário da Quinta do Conde, ou mesmo o Quartel da GNR da Quinta do Conde ou mesmo e porque não o Lar Residencial para jovens com grande dependência da Cerci. -----

-----Não podemos esquecer os investimentos de iniciativa Municipal que já assumimos compromissos e que pretendemos honrá-los. -----

-----O Saneamento da Azoia, a mobilidade Alfarim / Caixas, o Gimnodesportivo da Quinta do Conde, a Escola de 1º e 2º ciclo da Quinta do Conde, entre outros investimentos que foram objetos de candidaturas já entregues e que esperamos que sejam uma realidade para o Concelho. -----

-----Compreendemos que certos impostos / taxas, hoje votados deviam ter em nosso entender outra vertente de aplicabilidade, falamos do IMI que se tivesse enquadramento legal seria possível aplicar a percentagem mediante a caracterização da habitação de 1ª ou 2ª habitação.-----

-----Não podemos esquecer que temos uma freguesia, falamos da Quinta do Conde que maioritariamente é de 1ª Habitação. -----

-----Para concluir, dizemos frontalmente e com sentido de responsabilidade que não podemos prescindir dos nossos impostos para o equilíbrio financeiro da autarquia. -----

-----A oposição que temos feito tem procurado ser responsável e aberta ao diálogo e aos acordos em prol do desenvolvimento do Concelho de Sesimbra.-----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Todas as vezes que a maioria solícita os nossos contributos, diretamente ou através dos nossos Deputado Municipais, dizemos presente.* -----

-----*Assim coerentemente com o que foi dito, obviamente o nosso voto favorável nos documentos hoje apresentados.*-----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, tendo sido solicitado pelo **Deputado Rui João Graça Rodrigues** a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, procedendo-se de seguida à respetiva assinatura. -----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a reunião era uma hora e quarenta e cinco minutos. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----

Ata nº 13 – Mandato 2017-2021